

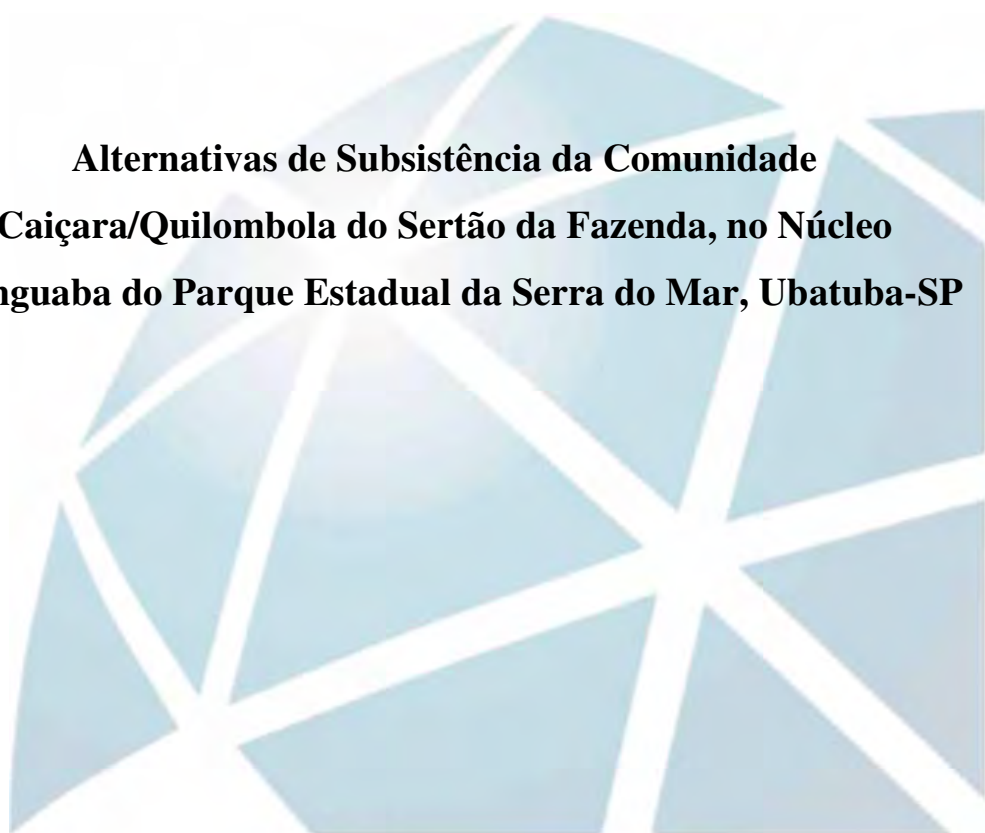


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

FÁBIO FRATTINI MARCHETTI



**Alternativas de Subsistência da Comunidade
Caiçara/Quilombola do Sertão da Fazenda, no Núcleo
Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba-SP**

Rio Claro
2009

FÁBIO FRATTINI MARCHETTI

**ALTERNATIVAS DE SUBSISTÊNCIA DA COMUNIDADE
CAIÇARA/QUILOMBOLA DO SERTÃO DA FAZENDA, NO NÚCLEO
PICINGUABA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR,
UBATUBA-SP**

Orientadora: Maria Christina de Mello Amorozo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura no Curso de Ciências Biológicas.

Rio Claro
2009

574.5 Marchetti, Fábio Frattini
M317a Alternativas de subsistência da comunidade Caiçara/Quilombola do sertão da Fazenda, no núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba-SP / Fábio Frattini Marchetti. - Rio Claro : [s.n.], 2009
67 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots.

Trabalho de conclusão(bacharelado e licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências
Orientador: Maria Christina de Mello Amorozo

1 .Ecologia. 2. Comunidade tradicional em unidade de conservação e proteção integral. 3. Conhecimento tradicional. 4. Agricultura tradicional.
I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

*Dedico este trabalho àqueles que levam
uma vida com amor e simplicidade.*

AGRADECIMENTOS

Aos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, que muito bem me acolheram em suas casas e sempre dispuseram parte de seu tempo para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Christina de Mello Amorozo, por todo o aprendizado construído ao seu lado, pelos conselhos e recomendações, que muito contribuíram em minha formação profissional.

À Sra. Laura de Jesus Braga, que desde o início, sempre me tratou com atenção e disponibilidade para todo e qualquer assunto referente à comunidade.

Aos Srs. Zé Pedro, Vinturante, Cirilo, Roberto, Manoel e Dona Lúcia, pela boa companhia e amizade que me fortaleceram durante os trabalhos de campo.

Ao Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, pela colaboração e incentivo à pesquisa.

À FAPESP pela bolsa de iniciação científica.

Aos irmãos e companheiros de República, Dudu, Xixi e Sardinha, pelas conversas construtivas e calorosas e pelos momentos indescritíveis nessa intensa escola da vida. E aos mais recentes, Grilo e Fiote, que acompanharam a reta final desse trabalho.

À minha maior amiga e companheira que conheci em Rio Claro, Chaverinho, que em palavras não conseguiria descrever a importância que representou em minha vida durante esses anos todos, meus mais sinceros sentimentos de ternura e gratidão.

À Lulu, o amor que me desperta a cada manhã com uma dose a mais de confiança, afetividade e intenso aconchego.

À minha mãe, pessoa mais carinhosa e dedicada que já conheci em toda a vida, aos meus irmãos, David e Mateus, que me ensinaram a ser gente grande quando a vida ainda era um incrível parque de diversões, e ao meu sobrinho Joaquim, que me diz de maneira tão simples e tão clara o porquê que a vida vale a pena.

A todos que me acompanharam de forma direta ou indireta nessa longa, imprevisível e desconcertante estrada da vida. Muito obrigado, de coração...

*“O trabalhador rural sempre tem razão, mesmo quando, aparentemente, não a tem:
pelo passado de injustiças que seus antepassados sofreram e ele próprio.”*

Euclides Neto – Trilhas da Reforma Agrária (1999)

SUMÁRIO

1. RESUMO	8
2. INTRODUÇÃO	9
3. OBJETIVOS	11
4. MATERIAIS E MÉTODOS	11
4.1 Área de Estudo	11
4.2 Metodologia	12
4.3 Análise de Dados	13
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5.1 Histórico de Ocupação da Área	14
5.2 Características Demográficas	20
5.3 Atividades Econômicas e Outras Ocupações	26
5.4 Práticas Tradicionais em Unidade de Conservação	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
7. BIBLIOGRAFIA	53

Lista de Tabelas

Tabela 1: Opção religiosa dos entrevistados (dados primários).....	17
Tabela 2: Ocupação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Fazenda em 1993, 2005, 2007 e 2009.....	21
Tabela 3: Setores e tipos de ocupação primária e secundária de homens e mulheres.....	26
Tabela 4: Número de atividades desenvolvidas por homens, mulheres e no total da População Ativa (PA).....	29
Tabela 5: Localização, tamanho das roças, gêneros agrícolas cultivados e produtos comercializado.....	33
Tabela 6: Etnovarietades encontradas nas roças.....	34
Tabela 7: Calendário agrícola.....	35
Tabela 8: Etnovarietades de mandioca, seus usos, características preferenciais e frequência relativa de cada etnovarietade nas roças.....	41
Tabela 9: Porcentagem das etnoespécies de plantas citadas para cada categoria de uso	44
Tabela 10: Cadeia produtiva da farinha de mandioca nas casas de grande e pequeno porte..	49

Lista de Figuras

Figura 1: Localização do PESM – Núcleo Picinguaba.....	12
Figura 2: Número de moradores nos domicílios.....	20
Figura 3: Pirâmide etária.....	21
Figura 4: Origem dos chefes de domicílios.....	23
Figura 5: Origem e classe etária dos chefes de domicílio.....	23
Figura 6: Atividades desenvolvidas por jovens e adultos entre 15 e 35 anos, em porcentagem.....	30
Figura 7: Raízes de etnovarietades de mandioca. Destaque para as colorações do súber e do córtex da raiz.....	42
Figura 8: Atividades desenvolvidas nos quintais.....	46

Lista de Apêndices

A. Sobre o Acesso ao Conhecimento Tradicional	61
B. Roteiro de Entrevista	62
C. Lista das Plantas Inventariadas nos Quintais e Roças	65

RESUMO

As populações tradicionais têm sido valorizadas devido à importância do conhecimento popular associado à biodiversidade local e como forma de valorização do patrimônio cultural nacional. Nos últimos anos, as comunidades do litoral norte do Estado de São Paulo sofreram profundas mudanças na sua estrutura social e econômica, provocadas pela especulação imobiliária, modernização e expansão urbana, sobreposição de território com Unidade de Conservação (UC) e pelo turismo crescente. O objetivo desse estudo foi analisar as alternativas de subsistência da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, localizada no interior do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba-SP, e sua inter-relação com a UC, o turismo e a urbanização da região, principalmente no tocante à agricultura e à produção de farinha de mandioca. Para isso, durante o período de maio de 2008 a junho de 2009 foram realizadas entrevistas semi estruturadas com os chefes dos 35 domicílios habitados da comunidade, além de observação participante, pesquisa documentária e análises etnobotânicas. Foram inventariadas e categorizadas as plantas úteis cultivadas ou espontâneas nos quintais e roças. Os resultados indicam que a população mais jovem tem se fixado na comunidade e constituído novas famílias. Entre os eventos que possibilitam essa permanência estão a instalação de infraestrutura, como estradas de acesso e luz elétrica, que facilitou o acesso aos bens e serviços externos à comunidade; a política de compatibilidade entre UC e população tradicional e o sentimento de pertencimento ao território tradicional. A agricultura de subsistência é a principal atividade desenvolvida na comunidade, seguida pelos serviços turísticos de alta temporada e pelos serviços gerais. Devido às políticas de conservação instituídas pela UC, o manejo agrícola tradicional é afetado pelo acesso restrito à terra e pela proibição do corte da vegetação nativa, fatos que desestruturam o manejo tradicional resultando na agricultura intensiva e conseqüente desgaste do solo. Com isso, a atividade agrícola torna-se cada vez mais reduzida e improdutiva. Cerca de 80% da roças possuem área entre 0,02ha e 0,37ha, e 70% produzem policultivos principalmente de mandioca, banana, milho e feijão. A mandioca foi a espécie mais comum, presente em 78,9% das roças, e a que apresentou maior número de etnovarietades (15). Foram encontradas 112 etnoespécies de plantas úteis nos quintais e roças, sendo 42 alimentícias, 47 medicinais, 19 alimentícias/medicinais e 4 plantas com outros usos. As principais plantas alimentícias foram goiaba, banana, jaca, jambo, abacate, laranja, limão e mandioca. As principais plantas medicinais foram capim cidrão, boldo e erva cidreira. Todos os quintais possuem plantas alimentícias, 74,3% possuem plantas medicinais, 51,4% possuem horta e 68,6% possuem criação de aves. A produção de farinha de mandioca também constitui importante fonte de subsistência da comunidade. Foram encontradas 5 casas de farinha de pequeno porte, cuja produção destina-se principalmente ao consumo familiar, e 1 casa de grande porte, cuja produção destina-se ao consumo familiar e à venda para turistas. Apesar das transformações nos contextos político, social e ambiental, a comunidade continua desenvolvendo práticas tradicionais e possui um refinado conhecimento acerca do meio natural circundante, que devem ser considerados na elaboração de políticas e demais projetos de interesse na área.

INTRODUÇÃO

O aumento exponencial da população humana nos últimos séculos, juntamente com a disseminação global do modo de produção capitalista, têm custado uma pressão cada vez mais intensa e predatória sobre os recursos naturais. Nesse contexto, emerge uma preocupação com a manutenção da biodiversidade e dos sistemas de suporte à vida, mobilizando muitos setores da sociedade no sentido de estabelecer mecanismos para proteger paisagens ainda íntegras e representativas dos diferentes biomas, como é o exemplo das Unidades de Conservação (AMOROZO, 2007). Atenção especial tem sido dada às Unidades de Proteção Integral, com o objetivo básico de preservação da natureza sem a admissão de moradores, como é o caso dos Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas entre outros (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Entretanto, comunidades tradicionais¹ presentes em áreas de significativa importância ambiental têm se mostrado cada vez mais presentes nos trabalhos acadêmicos, devido ao rico conhecimento desses povos associado à biodiversidade local (AMOROZO, 2007; BEGOSSI, 2004; BERKES & FOLKE, 2000; DIEGUES, 1995; DIEGUES & MOREIRA, 2001; HANAZAKI et al., 2000). O manejo agrícola de populações tradicionais pode desempenhar um papel fundamental na manutenção da diversidade de plantas cultivadas e/ou domesticadas, representando uma importante fonte de conservação *in situ* da agrobiodiversidade e de seus recursos genéticos para as gerações futuras (ALVAREZ, et al., 2005; BRESSAN et al, 2005; VALLE, 2002; WOOD & LENNÉ, 1997).

O entendimento da íntima relação entre povos tradicionais e paisagem natural fornece dados essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico local de maneira mais integrada ao ambiente, auxiliando na gestão de políticas públicas em Unidades de Conservação, além de trazer contribuições importantes para a conservação da biodiversidade e valorização do patrimônio cultural brasileiro (HANAZAKI, 2003; PEDROSO-JÚNIOR & SATO, 2005).

Os caiçaras nativos da costa sudeste do Brasil, descendentes da miscigenação entre índios, colonizadores portugueses e, em menor escala, de escravos africanos, são populações que, por muitos anos, foram mantidas em posição periférica no contexto político-econômico

¹ Grupos humanos, indígenas ou não, que apresentam traços culturais próprios e reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza (Diegues & Arruda, 2001).

regional, desenvolvendo modos limitados de ocupação da paisagem e uso dos recursos naturais. Durante esses anos, a cultura caiçara foi influenciada por ciclos econômicos globais altamente dinâmicos, como a mineração no século XVIII, o arroz no litoral sul após 1790, e o café no litoral norte e sul, no século XIX e meados do século XX. O pescado, basicamente da tainha (*Mugil spp*), também foi de extrema importância econômica nos períodos de entressafra agrícola (ADAMS, 2002; MUSSOLINI, 1980; SETTI, 1985).

Com a dinâmica de maior ou menor influência dos ciclos econômicos, os caiçaras aumentavam a população urbana das cidades litorâneas em períodos de prosperidade econômica regional, e durante os períodos de estagnação econômica, voltavam às suas atividades tradicionais e garantiam a subsistência familiar retornando para a área rural. Durante esses períodos de estagnação, o caiçara dedicou-se basicamente à pesca artesanal, pequena agricultura, artesanato e extrativismo no interior da floresta, o que levou a um profundo conhecimento dessas populações sobre o domínio de Mata Atlântica (MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000; ADAMS, 2002; DIEGUES, 2004; SILVA, 2004). Esse fator de isolamento relativo, como sugere Setti (1985), manteve o íntimo contato entre o homem e seu habitat natural, o que possibilitou a manutenção e aprimoramento das técnicas agrícolas e pesqueiras baseadas nos recursos e ciclos naturais.

Muitas das práticas tradicionais das comunidades caiçaras estão em intensa transformação, em grande parte devido às novas condições sócio-ambientais com as quais essas populações têm convivido nos últimos 50 anos, provocadas principalmente pela modernização e expansão urbana, especulação imobiliária, turismo e políticas preservacionistas (ADAMS, 2002; DIEGUES, 1983; MARCÍLIO, 1986). Essas transformações têm sido estudadas por diversos autores, como Adams (2000), Diegues (2004a; 2004b; 2005), Diegues & Nogara (1994), Furlan (2000; 2004), Hanazaki et al. (1996), Mantovani, (2005), Parada (2001), Setti, (1985), Silva (2004), Vianna (1999) entre outros. Esses trabalhos alertam para o abandono das práticas e dos territórios tradicionais, causando o esvaziamento dos pequenos povoados do litoral sudeste do Estado de São Paulo e a migração de grande parte da população caiçara para a periferia das cidades litorâneas.

Para compreender as transformações sócio-ambientais e suas conseqüências sobre a natureza e o manejo da biodiversidade, analisando a forma de atuação e adaptação das populações e sua potencialidade como agentes modificadores do ambiente, a ecologia humana e a etnobiologia têm utilizado a integração de métodos qualitativos e quantitativos, com um enfoque interdisciplinar e uma abordagem sistêmica das relações entre a sociedade e seu meio ambiente (ALBUQUERQUE et al., 2007; BEGOSSI et al., 2002; BEGOSSI, 2004;

KORMONDY & BROWN, 2002; MARQUES et al., 2002; PERONI, 2004; SANTOS et al., 2007; VIERTLER, 2002). Desse modo, o presente estudo pretende analisar as transformações sócio-ambientais que ocorreram em uma comunidade caiçara/quilombola do litoral norte do Estado de São Paulo, e quais são as alternativas de subsistência que permitem a sobrevivência da comunidade no local.

OBJETIVO

Analisar as alternativas de subsistência da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, no núcleo Picinguaba, e sua inter-relação com o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), o turismo e a crescente urbanização da região.

Objetivos Específicos

- Analisar os parâmetros sócio-econômicos da comunidade;
- Descrever o processo histórico de ocupação da área;
- Diagnosticar a dinâmica agrícola antes e depois da implementação do PESM;
- Descrever a cadeia produtiva da Casa da Farinha de mandioca;
- Fornecer informações úteis para a gestão de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade de maneira sustentável, e para auxiliar em programas propostos no Plano de Manejo do PESM e demais projetos de interesse da comunidade;

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

O estudo foi realizado na Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda (CRQF), situada no interior do Núcleo Picinguaba, setor norte do PESM, Ubatuba/SP (Figura 1). Cerca de 80% do território de Ubatuba está em área de proteção ambiental. O município tem população total de 75.008 habitantes, sendo que 97,5% da população encontram-se na zona urbana e somente 2,5% na zona rural (BRASIL, 2007).

O Núcleo Picinguaba tem aproximadamente 47.500 ha, e faz a ligação do PESM com o Parque Nacional da Serra da Bocaina (80 mil ha) e a Área de Proteção Ambiental - APA do Cairuçú (30 mil ha), ambas com sede no Estado do Rio de Janeiro. O clima da região é caracterizado como úmido das costas expostas à massa tropical atlântica e não apresenta

grandes variações ao longo do ano. As médias anuais de pluviosidade estão entre 2000 e 2500 mm, temperatura entre 19,6°C e 26,6°C e a média anual de Umidade Relativa é de 87,6% (SÃO PAULO, 2009).

Numa área que se estende do nível do mar até 1670 metros de altitude, o Núcleo Picinguaba abrange cinco praias e abriga espécies em extinção da fauna e flora de Mata Atlântica no interior de ecossistemas complexos como a Restinga, o Manguezal e a Floresta Ombrófila Densa, além disso, sobrepõe-se aos territórios de diferentes comunidades tradicionais, como reserva indígena, comunidades caiçaras e quilombolas. Dentre as populações tradicionais e as ocupações irregulares, o Núcleo Picinguaba é habitado, atualmente, por cerca de 1500 pessoas (SÃO PAULO, 2006; SÃO PAULO, 2009).

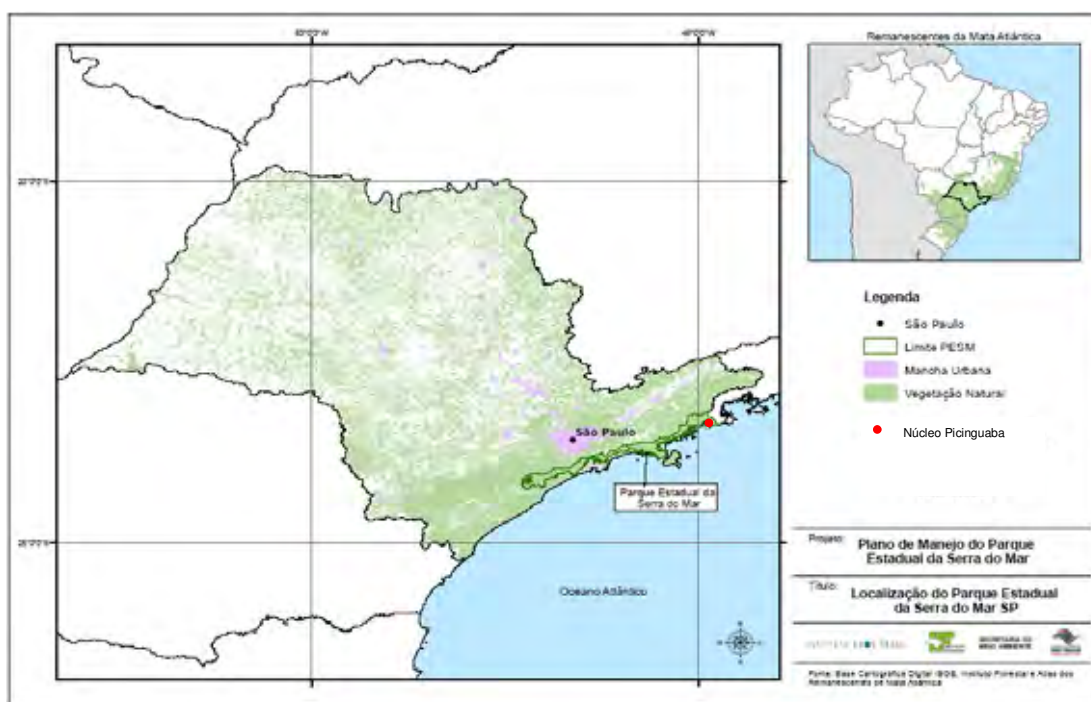


FIGURA 1: Localização do PISM – Núcleo Picinguaba. Modificado de SÃO PAULO (2009).

Metodologia

Foram realizadas seis visitas à comunidade durante o período de maio de 2008 a junho de 2009, totalizando 58 dias de trabalho de campo. Inicialmente, foram realizadas reuniões com a Associação de Moradores para esclarecimento e elaboração do Termo de Anuência Prévia ao projeto de pesquisa, necessário para o desenvolvimento de pesquisa científica com comunidades tradicionais no território brasileiro (Apêndice A).

Todos os domicílios ocupados (35) foram amostrados, homens ou mulheres indicados como os chefes do domicílio foram entrevistados. As famílias de moradores que, no período da pesquisa, por motivos diversos, não residiam na comunidade, não foram incluídas na amostra, e seus domicílios foram compreendidos entre os domicílios desocupados.

As informações sobre os aspectos históricos de ocupação da área foram coletadas a partir de pesquisas realizadas no acervo do PESH – Núcleo Picinguaba, de pesquisa bibliográfica e de relatos de campo. Os dados sócio-econômicos, assim como as informações sobre a agricultura, o cultivo em quintais e a produção de farinha de mandioca, foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, da observação participante, de relatos informais anotados na caderneta de campo e gravações de áudio (BERNARD, 1988; VIERTLER, 2002). As entrevistas semi-estruturadas basearam-se num roteiro de perguntas (Apêndice B) elaborado a partir de visitas prévias à comunidade e da revisão bibliográfica.

De 23 roças citadas nas entrevistas, 20 foram visitadas. As áreas das roças foram medidas com o auxílio de GPS (GARMIN® GPSMAP® 60Cx). As plantas úteis, cultivadas ou espontâneas, presentes nas roças e nos quintais foram levantadas. Essas plantas foram identificadas *in loco* e agrupadas nas seguintes categorias: Alimentícias, Medicinais e Outros Usos. Para fins de discussão e análises dos dados, consideramos as plantas inventariadas como etnoespécies (espécies identificadas pelo entrevistado), e as variedades indicadas dentro de uma etnoespécie como etnovariedades.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP e pela COTEC – IF.

Análise de Dados

Pretendeu-se interpretar com visãoêmica (VIERTLER, 2002) as atividades tradicionais desempenhadas pelos moradores da comunidade, e assim, discutir sua inter-relação com o PESH, o turismo e a urbanização. Deste modo, a análise dos dados teve um enfoque maior na abordagem qualitativa, com estatísticas descritivas. As entrevistas gravadas foram transcritas e trechos pertinentes foram citados no corpo do trabalho para melhor ilustrar algumas análises realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados e discutidos, a seguir, em forma de subtópicos. Iniciaremos pela descrição do processo histórico de ocupação da área.

Histórico de ocupação da área: Dos indígenas aos remanescentes quilombolas atuais

“A assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático.”

Darcy Ribeiro - O Povo Brasileiro (1995)

Durante milênios a costa do Brasil foi percorrida e povoada por inumeráveis tribos indígenas. A ocupação dominante no litoral dos séculos XV e XVI, quando os colonizadores portugueses atracaram no novo mundo, era de tribos do tronco Tupi (RIBEIRO, 1995). Eram os índios Tupinambá que habitavam a área onde hoje se encontra a comunidade estudada. Após a intensa depopulação provocada pelo violento processo de colonização européia, ainda nos dois séculos iniciais à conquista, os Tupinambá foram expulsos da costa brasileira. Aqueles que não sucumbiram à escravidão, violência, fome e epidemias, fugiram e se refugiaram na densa floresta atlântica da Serra do Mar (FAUSTO, 1998; RIBEIRO, 1995).

Em 28 de outubro de 1637, a antiga aldeia Iperoig, região onde hoje se encontra o centro de Ubatuba, foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Nova da Exaltação de Santa Cruz do Salvador de Ubatuba (OLIVEIRA, 1977). Entretanto, mesmo com o extermínio indígena, poucos habitantes se fixaram na nova vila. O caiçara, roceiro prioritariamente, mas também habilidoso pescador, fruto do encontro do índio com o europeu, é o principal habitante da região nesse período (MARCÍLIO, 1986; SETTI, 1985).

Desde sua criação até a primeira metade do século XX, Ubatuba teve pouquíssimo desenvolvimento econômico, o que resultou num distanciamento do meio urbano-industrial e um isolamento relativo da população com o mercado, principalmente na área rural (MARCÍLIO, 1986; SETTI, 1985). Os ciclos econômicos com algum destaque na região foram os ciclos da mineração e do café, os quais serviram como importantes rotas de entrada para grande parte da mão-de-obra escrava, que desembarcou no Brasil pelo porto de Parati, de meados do século XVIII até o início do século XX¹. É nesse contexto de Ubatuba rural, influenciado pela rota do ouro em Parati, que se desenvolveram as populações caiçara e quilombola do extremo norte do litoral paulista (MARCÍLIO, 1986; OLIVEIRA, 1977).

Somente após a construção da estrada Ubatuba-Taubaté, inaugurada em 12 de abril de 1933, é que o desenvolvimento econômico é percebido pela população rural local, mesmo que de maneira ainda contraditória (OLIVEIRA, 1977; VIANNA, 1999). Esse processo de

¹ As informações sobre o porto de Parati foram fornecidas pela historiadora Renata Fratini Pires do Couto em relato informal.

modernização foi intensificado a partir da década de 1950, quando a região passou a ser alvo dos mecanismos especulativos imobiliários e turísticos, os quais se consolidaram em 1975 com a finalização da BR 101 – Rodovia Rio-Santos (MARCÍLIO, 1986; SETTI 1985). A modernização da região, sem um planejamento para o desenvolvimento sustentável, foi responsável pela perda de grande parte do patrimônio cultural e natural brasileiro, e também pela migração de muitos moradores tradicionais para as grandes cidades litorâneas.

O território da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda localiza-se na área da antiga Fazenda Picinguaba, entre os centros das cidades de Parati-RJ e Ubatuba-SP. Os moradores da comunidade têm suas origens a partir dessa população litorânea à margem do desenvolvimento econômico, caiçaras e descendentes de escravos locais, ambos provenientes de bairros vizinhos à antiga Fazenda Picinguaba, como Ubatumirim, Almada, Vila de Picinguaba, Cambucá, Campinho e outros de Parati e Cunha.

Foi em 1947, quando a Fazenda Picinguaba já passava por um processo de decadência e estagnação, que ocorreu o principal movimento de ocupação do território atual, quando 12 famílias, oriundas das localidades acima citadas, foram autorizadas a morar e trabalhar por usufruto na região do Sertão da Fazenda Picinguaba, com anuência do então proprietário da terra, Sr. Saint Clair Bustamante, com a única condição de não vender nem arrendar a área. Essa foi a via central de formação da comunidade, juntamente com a permanência da família do antigo administrador da Fazenda (SÃO PAULO, 2007). Ao longo dos cerca de 60 anos decorrentes, as famílias que permaneceram e se espalharam pela área geraram uma complexa rede comunitária fundada nas relações de parentesco e de vizinhança, as quais até hoje são marcantes no quadro atual de moradores da comunidade.

Em 1985, para conter as grilagens e os danos ambientais provocados pela especulação imobiliária, principalmente após a construção da rodovia Rio-Santos, a área foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), com a implantação do Núcleo Administrativo de Picinguaba, uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral. O Núcleo foi pioneiro na discussão do conflituoso tema sobre a permanência de comunidades tradicionais nessa categoria de UC.

Em 2007, a comunidade em estudo foi reconhecida pelo ITESP² como Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, mas o processo de titulação de terras ainda está em tramitação. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível participar de algumas

² Instituto de Terras do Estado de São Paulo, órgão ligado à Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, responsável pelo reconhecimento e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombo do Estado.

discussões sobre a delimitação do território quilombola. A população local ocupou a sede administrativa do Núcleo Picinguaba por três dias, em maio de 2009, para reivindicar seu direito à terra, à moradia, ao modo de vida tradicional e à infraestrutura, como a manutenção de caminhos e estradas e o fornecimento de luz elétrica para as famílias que ainda não foram contempladas por esse benefício básico. Em junho de 2009 foi realizada uma reunião com representantes das instituições governamentais responsáveis pela UC, representantes de organizações sociais e a Comunidade do Quilombo da Fazenda, para discutir a proposta governamental de desafetação do território quilombola, juntamente com outros territórios tradicionais em situação semelhante no interior da UC, para que, enfim, possa ocorrer a titulação dessas áreas. Entretanto, a praia não foi incluída na proposta e, após intensa contestação por parte da comunidade, que exige a inserção de parte da praia no território quilombola, a decisão foi adiada para reuniões futuras.

Todos os entrevistados relataram a importância da praia para o desenvolvimento cultural e/ou para prover recursos alimentícios à comunidade, mas essa parece ser uma luta interminável, os interesses conservacionistas não pretendem abrir mão do controle estatal sobre a praia, e a comunidade não quer desistir do direito étnico que lhe é garantido sobre o território.

O território quilombola

A área, demarcada pelo ITESP como território quilombola, apresenta três núcleos de ocupação que se diferenciam pelas características ecológicas, sociais e políticas de cada um. O núcleo populacional mais denso da comunidade é o Sertão, com 25 domicílios, seguido pela Ponta Baixa com 6 domicílios e pela Praia com 4 domicílios. Uma descrição mais atenciosa destes núcleos é apresentada a seguir.

O Sertão

Desde a época em que a Fazenda Picinguaba esteve em atividade, o “Sertão da Fazenda” sempre foi a principal área de fixação dos moradores e também o local onde se instalaram as benfeitorias da fazenda, como o engenho de cana de açúcar e o moinho de fubá, posteriormente, transformados pelo Instituto Florestal³ em casa de farinha de mandioca comunitária. Essa casa de farinha desempenha um importante papel como atrativo turístico da

³ Órgão vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responsável pela administração das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

região, onde ainda é possível observar elementos da cultura caiçara “viva”, ou seja, é um espaço, sugerido pela administração da UC, para representar a cultura tradicional local.

Também foi no Sertão que se instalou a capela católica onde se realizam até hoje missas e cultos religiosos, e mais recentemente, a capela evangélica. O retrato religioso dos entrevistados está apresentado na Tabela 1.

TABELA 1: Opção religiosa dos entrevistados (dados primários).
Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Católica	Evangélica
57,1 %	42,9 %

O Sertão também abriga a sede da Associação de Moradores⁴, juntamente com o Telecentro⁵, numa antiga instalação onde antes funcionava uma escola municipal de ensino primário (1ª a 4ª série). É ainda no Sertão que se localiza a grande maioria das roças da comunidade (90%). Por todas essas características, o Sertão é considerado Zona Histórico-Cultural Antropológica (ZHCA), segundo o Plano de Manejo do PESM, realizado em 2006⁶.

Nesse contexto, foi possível observar que os moradores do Sertão são os mais assistidos pelas políticas públicas de inclusão social, uma vez que somente no sertão conseguiu-se a instalação de energia elétrica (com exceção das casas da praia que utilizam a infra-estrutura disponível do PESM), além de ser o único, dos três núcleos, com a garantia de permanência dos moradores locais sem a ameaça de desocupação, excetuando possíveis ocupações irregulares (SÃO PAULO, 2006).

Alguns moradores tradicionais do Sertão têm conflitos jurídicos frente à UC, como processos de embargo de obras e demolição de casas, multas por corte indevido de árvores e supressão da vegetação, entre outros. Esses conflitos, ocasionados pelo descumprimento da legislação, geram incompreensão e indignação por parte dos moradores locais, que interpretam os atos jurídicos como perseguição pessoal, opressão e abuso de poder pela administração local.

Com relação aos aspectos ecológicos do Sertão, os moradores diferenciam dois tipos de ecossistemas, principalmente no tocante à agricultura, são eles a várzea e as terras acima da várzea. A várzea estende-se por uma área plana, alagável em alguns pontos, para além da rodovia até o início da encosta (Mata de Restinga), e segundo a classificação de Veloso et al.

⁴ Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda (ACRQF)

⁵ 8 computadores ligados a internet. Programa financiado pelo Governo Federal (BRASIL, 2009).

⁶ Disponível em < <http://www.iflorestal.sp.gov.br/>>. Plano de Manejo do PESM, 2006.

(1991), a área tem correspondência com a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. Segundo os agricultores locais, é na várzea que se encontram as terras mais férteis utilizadas para a agricultura. Aparentemente, a constante deposição de sedimentos oriundos da vertente da Serra do Mar e a proximidade com as áreas alagáveis da restinga, promovem uma ciclagem natural dos nutrientes do solo, de maneira a minimizar os prejuízos do desgaste ocasionado pela atividade agrícola, porém essa é uma hipótese a ser testada em estudos futuros para melhor identificar e avaliar os tipos de solo em que a agricultura se desenvolve.

As terras acima da várzea localizam-se contíguas à restinga e seguem por serra adentro, até o limite do território utilizado pela comunidade. Segundo a classificação de Veloso et al. (1991), essa área também tem correspondência com a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, mas Prata (2009), após estudo fitossociológico na região, sugere que essa é uma área de transição entre Terras Baixas e Submontana.

Os solos destinados à agricultura nas terras acima da várzea já estão com a fertilidade desgastada e a ciclagem de nutrientes não pode se efetivar devido à necessidade de manejo intensivo das roças, uma vez que não há outras áreas disponíveis para suportar o sistema agrícola tradicional⁷. A diferença entre esses dois ambientes é observada pelos moradores locais quando questionados sobre os produtos da roça:

“O negócio da gente aqui é mandioca e milho. Feijão aqui pra cima é difícil. O feijão aqui onde a gente mora não dá. A terra aqui a gente já tentou, mas só pra várzea mesmo. Só pra parte mais baixa, que nem a parte da várzea.”
(morador local, 51 anos)

A Ponta Baixa

“O Governo diz que dá luz pra todos, mas por que aqui não chega?”

(Morador local, 66 anos)

O núcleo de ocupação Ponta Baixa encontra-se a cerca de 2,3 km da entrada de acesso ao Sertão, seguindo pela BR 101 no sentido Ubatuba-Parati. Apesar do território entre os bairros ser contínuo, o acesso só pode ser feito pela rodovia. Diferentemente do Sertão, a Ponta Baixa não abriga nenhuma instalação de ordem comunitária, além das moradias, roças e uma casa de farinha de mandioca familiar.

Esse núcleo ficou de fora da ZHCAn e foi enquadrado na categoria de Zona de Ocupação Temporária (ZOT), em 2006, na qual os moradores têm que aguardar indenização para cumprirem com a ordem de despejo. Entretanto, a Ponta Baixa está inserida no território

⁷ Cf. agricultura tradicional nas páginas 23 e 24.

quilombola e seus moradores também foram reconhecidos como descendentes quilombolas tradicionais pelo Laudo Antropológico (SÃO PAULO, 2007).

O fato de a Ponta Baixa ser ZOT, e não ZHCAn, bloqueou os benefícios dos moradores locais a programas sociais do governo, como o *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos* (BRASIL, 2004), que trouxe a energia elétrica em 2007 para o Sertão. Até hoje os pedidos de instalação de eletricidade na Ponta Baixa são negados pelos órgãos competentes.

Alguns moradores locais também apresentam conflitos com a administração da UC, por motivos semelhantes aos moradores do Sertão, como construção sem autorização e abertura de roça em local não licenciado.

Com relação à ecologia local, o ecossistema predominante na Ponta Baixa é a restinga alagável, sendo que as áreas de roça encontram-se mais no interior da Floresta de Terras Baixas, onde o solo não é tão alagado quanto o solo próximo às moradias.

A Praia

Os moradores da Praia não são proprietários das casas em que moram, essas casas pertencem à UC e só lhes é permitida a permanência porque um dos chefes de cada domicílio é funcionário do Parque. O prazo para que permaneçam na casa é até o momento em que se aposentarem. Somente uma casa é exceção, por não estar diretamente na praia, mas com entrada voltada para a rodovia.

O solo disponível na Praia não permite o desenvolvimento da agricultura. As casas encontram-se numa estreita faixa de terras entre o mar e o manguezal, na mesma área em que se encontram algumas instalações da UC, como o Centro de Visitantes e o Alojamento para grupos de estudantes.

Tendo em vista o desenvolvimento da comunidade à beira do litoral, como já foi demonstrado em São Paulo (2007), a praia e o mar tornam-se indispensáveis para garantir as necessidades culturais da população local, no entanto, essa área não foi englobada no território quilombola nem na ZHCAn, o que gera muita insatisfação por parte dos moradores. Quando questionados sobre a importância da praia e do mar para a comunidade, dois moradores locais responderam:

“Nossa mãe! É super importante pra nós. Caiçara sem mar não é caiçara. Minha família toda é pescadora.” (morador do Sertão, 27 anos)

“É importante. Hoje o morador da beira do mar não pode passar um *picaré*, não pode ter um rancho nem uma canoa pra pescar. A gente vai pro mar com medo, como se fosse bandido, vai escondido pra não ser preso.” (morador da Ponta Baixa, 54 anos)

Características demográficas

Atualmente a Comunidade possui um total de 50 domicílios, dos quais 35 estão habitados, 7 desocupados, 1 é de veraneio e 7 casas de moradores locais estão em processo de construção. A grande maioria dos domicílios, inclusive os que estão em construção, são de alvenaria (94%), e somente 2 domicílios habitados são de pau-a-pique e outros 2 são de madeira (Prancha 1). Alguns dos domicílios desocupados estão em reforma, outros pertencem a moradores que também têm residência em bairros vizinhos e somente aos fins de semana freqüentam a comunidade para limpar e arrumar a casa, outros estão totalmente vazios e podem ou não estar aguardando a volta de seus moradores.

A população residente na comunidade durante o período de estudo foi de 132 pessoas. A média de pessoas por moradias foi $3,77 \pm 1,70$. A maior parte das moradias apresentou 3 ou 4 moradores, algumas abrigavam até 8 pessoas (Figura 2).

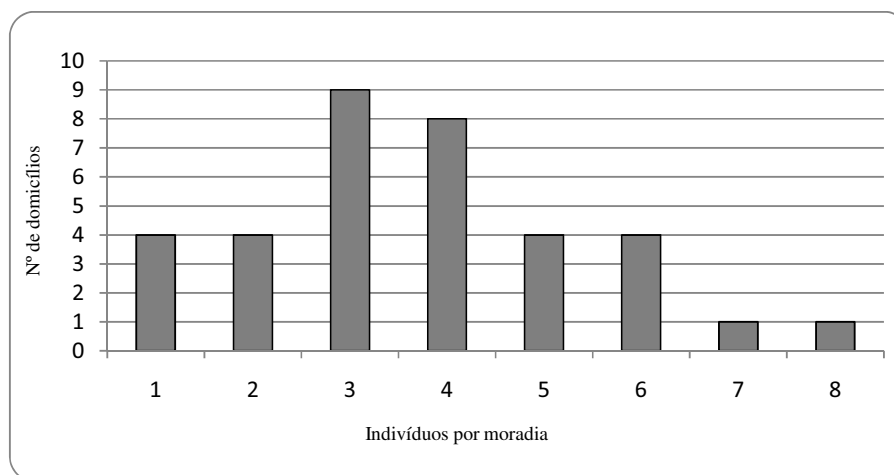


FIGURA 2: Número de moradores nos domicílios. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

A Tabela 2 mostra que a população da comunidade vem aumentando continuamente ao longo dos últimos anos. No entanto, é importante ressaltar que outros motivos provocaram o aumento de população que não somente o crescimento vegetativo da comunidade. Primeiramente, de 2005 para 2007, houve um aumento substancial de moradores e moradias porque as famílias residentes na Praia e na Ponta Baixa foram acrescentadas na amostra, nos levantamentos anteriores somente as moradias do Sertão foram quantificadas. De 2007 para

2009 também houve aumento de população, apesar da redução das moradias ocupadas. Isso aconteceu devido ao nascimento de 7 crianças nesse período, e também pela vinda de algumas pessoas de fora da comunidade, que se casaram com moradores locais, principalmente na faixa etária 18 a 35 anos. Além disso, pode ter ocorrido o retorno de moradores que deixaram a comunidade em períodos anteriores, mas essa hipótese não pode ser comprovada nesse estudo.

TABELA 2: Ocupação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Fazenda em 1993, 2005, 2007 e 2009.

	1993 ¹	2005 ¹	2007 ¹	2009 ²
Moradias habitadas	24	22	40	35
Moradores	44	73	104	132
Casas vazias	-	3	2	7
Casas de veraneio	-	-	1	1
Casas em construção	-	-	-	7

¹dados secundários disponíveis no Núcleo Picinguaba.

²dados primários.

Dentre os 132 moradores amostrados, 73 são homens e 59 mulheres. As faixas etárias mais numerosas da comunidade são de crianças (0-9 anos), jovens (10-19 anos, principalmente homens) e adultos entre 20-29 anos, como pode ser observado na pirâmide etária abaixo (Figura 3). Somente uma pessoa do sexo masculino não foi incluída na amostra.

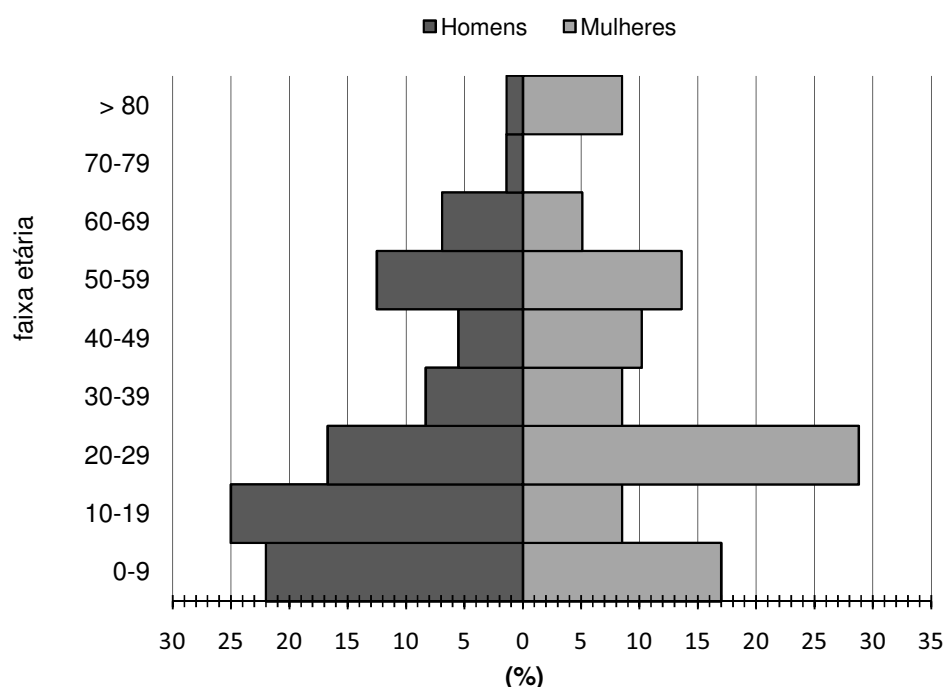


FIGURA 3: Pirâmide etária. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

As faixas etárias acima de 30 anos, provavelmente, representam algumas das famílias que permaneceram na comunidade a partir da década de 1980, período em que muitas famílias deixaram a região após a implantação do Núcleo Picinguaba (PESM), que, apesar de proteger as comunidades contra a especulação imobiliária e expropriação de suas terras por grileiros, causou sérias transformações no modo de vida da população tradicional, a qual já enfrentava dificuldades pela falta de políticas sociais e ausência de infra-estrutura básica, como escolas, transporte público, energia elétrica e estradas.

Segundo Diegues (2004b, p. 139):

“O Núcleo (Picinguaba), ao ser instalado, deixou aos moradores a escolha de ficar na área ou deixá-la. Alguns poucos deixaram sua terra, após a promessa de indenização, e os demais ficaram em suas posses. Houve tentativas de melhoria das condições de vida, por meio de serviços comunitários, como a construção de uma casa de produção de farinha, mas também ficaram grandes indefinições quanto à posse legal dessas populações em área protegida. A falta de apoio mais efetivo em projetos de melhoria da produção de renda agrícola, artesanal e pesqueira, e da infraestrutura de serviços, levaram ao abandono da área por outros moradores devido à ausência de condições mínimas de sobrevivência.”

A versão dos moradores sobre a instalação do Núcleo Picinguaba narra uma história conflituosa, de violência e abuso de poder:

“A minha casa foi demolida, eu estava grávida de 5 ou 7 meses. Ele (funcionário do PESM) chegou juntamente com seus capangas, uns 30 homens, tudo armado na minha porta, dizendo que eu tinha que sair dali. Eu aleguei que se eu saísse, pra onde eu ia? Sim, porque até então, eu tinha aquilo como minha casa, um direito meu. Ele falou que eu iria para onde eu quisesse, pra baixo da ponte, que isso não interessava. [...] Eu carreguei muda de banana lá da Fazenda nas costas, grávida, pra plantar, fazer um roçado, que eu tinha um roçado do outro lado do asfalto. Três dias depois os homens foram lá e cortaram tudo a facão, a minha planta, e vieram me dizer que se eu voltasse a plantar eles iriam me levar pra cadeia.” (moradora local, 53 anos, depoimento apresentado em SÃO PAULO, 2007)

Nos dias atuais, observa-se que os jovens não estão deixando a comunidade, pelo contrário, estão se fixando e formando novas famílias. A Figura 4 mostra que 52% dos domicílios são de moradores que nasceram na comunidade (pelo menos um dos cônjuges), e sua maior parte tem como chefes de família adultos entre 18 e 35 anos, seguidos pelos casais de 36 a 50 anos (Figura 5).

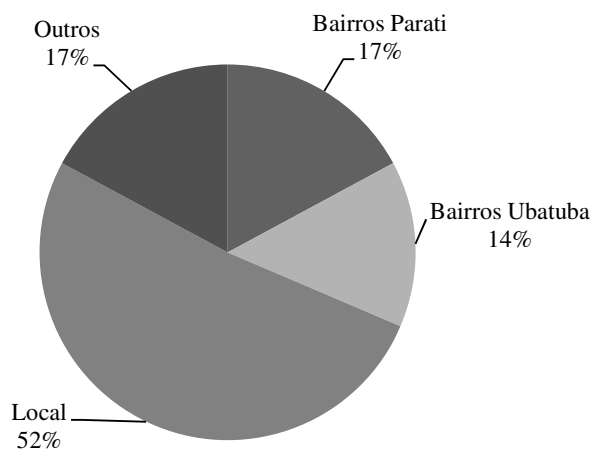


FIGURA 4: Origem dos chefes de domicílios ($n = 35$). Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

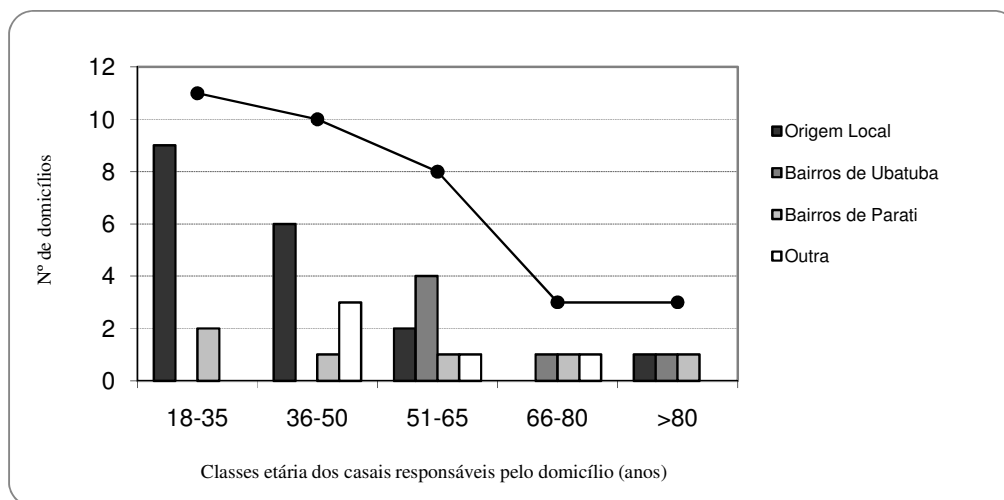


FIGURA 5: Origem e classe etária dos chefes de domicílio. A linha preta indica o número total de domicílios por classe etária. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

A classe etária 51-65 anos apresenta um pico para os casais oriundos de bairros de Ubatuba (Figura 5). Esses casais representam os remanescentes das 12 famílias que vieram de bairros vizinhos à comunidade, nas décadas de 1940 e 1950, para trabalhar em usufruto na fazenda, como relatado anteriormente. Os chefes de domicílios entre 66-80 anos e os maiores que 80, também são representantes dessas 12 famílias.

Os motivos que permitem a fixação dos jovens na comunidade são de ordem política, cultural e social. Na esfera política, o Núcleo Picinguaba tem adotado uma postura de

compatibilizar a conservação ecológica com a permanência de populações tradicionais no interior do Parque. Atualmente a discussão sobre os direitos étnicos da população quilombola está bastante avançada, porém ainda causa insatisfação por parte dos moradores. Essa visibilidade social-administrativa é pioneira em Unidades de Conservação de Proteção Integral, uma vez que a permanência de qualquer grupo humano morando no interior da unidade é proibida por lei⁸. Na dimensão cultural, a luta pelo direito constitucional à terra tem gerado um sentimento de identificação com o território étnico-quilombola, que reafirma o trabalhador rural como pertencente e dono da terra. De ordem político-social, algumas melhorias de infraestrutura (estradas, transporte público e luz elétrica) facilitaram o acesso dos moradores aos produtos e serviços que antes só se conseguia com muito custo, como freqüentar a escola, visitar postos de saúde e hospitais, farmácias, supermercados entre outros. As dificuldades de acesso de antigamente podem ser percebidas nesse depoimento:

“De primera, a dificuldade que tinha aqui era que um caminho vinha tudo por essa trilha que tá aí, e essa estrada aqui ainda não tinha. Ai vou ti falar, era muito difícil pra pessoa que morava aqui né?! E quando caia uma pessoa doente então, aí era o barco do padre, né?! Era lá em baixo no mar mesmo. Ficava assim, à distancia da praia, aí pegava e colocava na canoa e levava pra cidade.” (morador do Sertão, 51 anos)

Outro depoimento ilustra, do ponto de vista do morador local, alguns pontos negativos e positivos das mudanças ocorridas na comunidade com a implantação da UC e com o acesso facilitado à área urbana:

“Antigamente não tinha emprego nem dinheiro, a gente tirava tudo do sítio, tudo vinha da roça e era natural. Agora tudo vem com veneno (produtos agrícolas comprados no mercado) e não pode mais fazer nada: construir na beira do rio, em morro, as roças... Agora, facilitou porque dá pra pegar ônibus pra ir pra cidade, não precisa pegar trilha nem barco.” (moradora do Sertão, 63 anos)

A questão que se coloca aqui é a seguinte: se as mudanças nas políticas sociais e ambientais, somadas às facilidades de acesso ao meio urbano, permitem que os mais jovens continuem presentes na comunidade, o que eles estão fazendo hoje em dia para sobreviver?

⁸ Lei Nº 9.985/2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso 19 mai. 2009.



PRANCHA 1: Estrutura dos domicílios. A = casa de pau-a-pique; B = casa de alvenaria; C = casa de madeira

Atividades Econômicas e Outras Ocupações

As atividades desempenhadas pelos moradores da comunidade estão apresentadas na Tabela 3, não entraram na amostra as pessoas que somente estudam e as crianças que ainda não atingiram idade escolar. O número total de citações, para as ocupações primárias e secundárias, foi de 153. As atividades com menos de três citações, como auxiliar de pesquisa e produção de doces e salgados, foram agrupadas na categoria “Outras”. Na categoria *Funcionário* foram compreendidas as ocupações de funcionário público, cozinheira e serviço doméstico não turístico, e motorista de caminhão.

Houve sobreposição de algumas atividades citadas como ocupação primária, por exemplo: agricultor/pescador, agricultor/farinheiro, agricultor/caseiro, aposentado/agricultor, dona de casa/agricultora e dona de casa/farinheira.

TABELA 3: Setores e tipo de ocupação primária e secundária de homens ($n = 47$) e mulheres ($n = 34$). Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Setor e tipo de atividade	Ocupação Primária		Ocupação Secundária	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Setor Primário</i>				
Agricultura	23,4%	5,9%	34,0%	11,8%
Pesca	12,8%	0,0%	2,1%	0,0%
Extratativismo	0,0%	2,9%	2,1%	0,0%
Subtotal	36,2%	8,8%	38,3%	11,8%
<i>Setor Secundário</i>				
Produção de farinha	4,2%	5,9%	6,4%	5,9%
Artesanato	6,4%	2,9%	4,2%	2,9%
Construção	2,1%	0,0%	10,6%	0,0%
Subtotal	12,7%	8,8%	21,2%	8,8%
<i>Setor Terciário</i>				
Funcionário PESH	6,4%	5,9%	0,0%	5,9%
Funcionário	10,6%	11,8%	0,0%	0,0%
Serviço turístico	2,1%	11,8%	12,8%	26,5%
Caseiro	6,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviços Gerais	14,9%	14,7%	8,5%	0,0%
Subtotal	40,4%	44,2%	21,3%	32,4%
<i>Sem setor</i>				
Dona de Casa	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%
Aposentado	12,8%	23,6%	0,0%	0,0%
Outras	4,2%	5,9%	0,0%	5,9%
Subtotal	17,0%	70,7%	0,0%	5,9%
Total*	106,3%	132,5%	80,8%	58,9%

* Os valores são diferentes de 100% porque pode haver mais de uma ocupação primária por pessoa e nem todos da amostra apresentam ocupação secundária.

Observa-se, para os homens, grande importância do setor primário, representado principalmente pela agricultura, tanto na ocupação primária como secundária. Essa agricultura

é praticada, em grande maioria, como atividade de subsistência, com o objetivo de abastecer algumas necessidades familiares, como mandioca para a produção de farinha e/ou como alimento *in natura*, milho para alimentar galinhas e outras criações, e demais produtos comestíveis. Somente 20% das roças produzem gêneros agrícolas destinados ao comércio em mercados dos bairros vizinhos à comunidade.

Ainda no setor primário, a pesca é praticada com exclusividade entre os homens. Essa atividade foi relatada como a principal atividade econômica dos moradores no período em que o setor pesqueiro esteve altamente ativo e empregava um grande número de pessoas, porém agora essa atividade é reduzida e realizada em praias vizinhas à comunidade, como na Vila de Picinguaba e no Ubatumirim. Todos os entrevistados relataram a importância da pesca para o sustento familiar, porém a prática não é realizada devido à proibição desse tipo de atividade no interior da UC, mesmo para fins de subsistência. A atividade de *extrativismo* é exercida pelas pessoas que participam do Projeto Palmito Jussara, desenvolvido pelo IPEMA⁹ em parceria com o Instituto Florestal e outros representantes governamentais. O projeto pretende explorar de maneira sustentável o potencial econômico da polpa dos frutos de *E. edulis*. Somente duas pessoas foram amostradas como participantes nessa atividade, entretanto, a categoria foi incluída porque a venda da polpa é realizada pela Associação de Moradores em forma de suco, na lanchonete da praia e em eventos sociais da comunidade, representando uma fonte de renda em processo ainda experimental, porém de grande repercussão local.

No setor secundário, as atividades de produção de farinha de mandioca, artesanato e construção (pedreiros) foram pouco representadas. A transformação da mandioca em farinha é uma atividade que acontece principalmente no âmbito familiar, como será visto mais adiante, porém, apesar de várias pessoas estarem envolvidas nesse processo produtivo, muitos não se consideraram farinhaeiros, por isso a baixa frequência encontrada nessa categoria. A venda de farinha de mandioca ocorre somente quando há algum excedente e a procura é intensa, no entanto, essa é uma prática pouco recorrente e a maior parte da farinha produzida é utilizada no abastecimento familiar.

O setor terciário apresenta representatividade ligeiramente maior que o setor primário. Observa-se, como ocupação primária tanto para homens quanto para mulheres, altas porcentagens na categoria *Serviços Gerais*, elaborada para compreender atividades informais e esporádicas descritas como *bicos*, que não representam um ofício específico e estável, mas atendem a uma demanda geral de serviços prestados a terceiros, para auxiliar na renda

⁹ Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica, ver mais sobre o assunto em www.ipemabrasil.org.br

familiar. Os serviços turísticos assumem forte importância como ocupação secundária, principalmente entre as mulheres e em período de alta temporada (dezembro a fevereiro), no qual muitas trabalham como diaristas em casas de veraneio, quiosques de praia, bares e restaurantes, e também em setores do comércio na cidade. A atividade turística foi apontada como uma importante alternativa de renda familiar. Situação similar foi encontrada por Plante & Breton (2005), em estudo realizado em 1993 na praia de Trindade, RJ, próxima cerca de 15 Km da Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda.

No território da comunidade o turismo é pouco desenvolvido, sendo que não há pousadas, casas de aluguel nem restaurantes para atender a demanda dos visitantes. O turismo realizado no interior do Parque é mais intenso na praia, onde há uma lanchonete e um estacionamento, concedidos pela administração da UC para serem gerenciados pela Associação de Moradores da Comunidade. No entanto, durante a alta temporada, o Sertão também é um forte atrativo turístico, devido à exuberante vegetação da Floresta Atlântica local e também pela presença da casa de farinha de mandioca comunitária, onde há uma pequena lanchonete administrada por moradores locais, a qual serve como ponto de venda de farinha de mandioca, doces caseiros e palmito-pupunha em conserva. Algumas famílias aproveitam o movimento dos turistas na comunidade para vender a farinha de mandioca em suas casas.

A maioria das mulheres desempenha apenas uma atividade, representada principalmente pelas donas-de-casa. Os homens, apesar de grande parte também desempenhar apenas uma atividade, executam comumente duas ou três (Tabela 4), sendo responsáveis por uma importante estratégia na obtenção de recursos para a família, diversificando as fontes de renda familiar.

TABELA 4: Número de atividades desenvolvidas por homens ($n = 47$), mulheres ($n = 34$) e no total da População Ativa (PA) ($n = 81$). Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

	Homem	Mulher	PA
1 Atividade	44,7%	76,5%	58,0%
2 Atividades	34,0%	14,7%	25,9%
3 Atividades	21,3%	8,8%	16,1%

A variedade de atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores locais, em tipo e em quantidade, revela um fenômeno já observado por BALSADI (2002) no Estado de São Paulo, que iniciou-se no final dos anos 70 e acentuou-se na década de 1990, quando parte significativa das famílias rurais passaram a enfrentar dificuldades em sobreviver somente com a produção agropecuária voltada ao mercado. Esse fenômeno ficou conhecido como

pluriatividade das famílias rurais, no qual os membros das famílias diversificam as estratégias de sobrevivência para além das atividades tradicionais da agropecuária, e assim, a família passa a ter múltiplas fontes de renda. Dentre os principais motivos que impulsionaram essa diversificação da renda familiar na zona rural, destacam-se a modernização da agricultura, que reduziu as ofertas de emprego no campo, e as dificuldades de acesso a terra e de reprodução da pequena produção familiar, que esbarram na concentração fundiária e na competitividade econômica com o grande proprietário (GANZIROLI et al, 2001).

No caso da comunidade estudada, os grandes interesses que freiam o acesso a terra e o desenvolvimento da agricultura tradicional são, principalmente, de ordem político-ambiental, sendo que as práticas tradicionais agrícolas somente podem se realizar de maneira restrita, em decorrência da coexistência de um território étnico com uma UC de proteção integral. Outros fatores citados na literatura e também observados no presente estudo, que impulsionam a pluriatividade familiar são: a busca por qualificação e desenvolvimento profissional, a proximidade do meio urbano e a conseqüente mudança no estilo de vida, o mercado do turismo em expansão e a dinâmica econômica regional (BALSADI, 2002; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999; ELLIS, 1998).

A faixa etária da comunidade que mais se destacou no processo de diversificação das atividades rurais foi a dos jovens e adultos entre 15-35 anos, os quais realizam até 12 das 19 possíveis ocupações amostradas. Entretanto, a frequência da maioria dessas ocupações é baixa, sendo que as atividades com maior destaque para essa faixa etária são agricultura, que representa 25,0% das ocupações primárias e secundárias (de 60 citações), seguida por serviços turísticos (23,3%) e serviços gerais (21,7%) (Figura 6). Contudo, os serviços gerais representam a maior parte das ocupações primárias (34,4% de 32 citações) e a agricultura representa apenas 12,5% dessas ocupações, os serviços turísticos, juntamente com a pesca e o artesanato, representam cada um 9,4% das ocupações primárias. A agricultura e os serviços turísticos estão mais bem representados entre as ocupações secundárias dessa faixa etária (39,3% cada, de 28 citações).

A alta porcentagem de serviços gerais como ocupação primária é indicativo de que cerca de 1/3 dos moradores entre 15-35 anos está desempregado, buscando em atividades secundárias, principalmente nos serviços turísticos, uma fonte de renda familiar alternativa em períodos de alta temporada. A agricultura, enquanto ainda existir como atividade secundária, além de ser importante para prover recursos alimentares, complementando na subsistência familiar, também é o território onde acontece na prática a transmissão dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo e a diversidade agrícola local, principalmente dos agricultores da

faixa etária entre 51-65 anos, que correspondem a 46,1% dos agricultores primários ($n = 13$), para os agricultores da faixa etária entre 15-35 anos, que correspondem a 55,0% dos agricultores secundários ($n = 20$), sendo que 38,1% dos agricultores secundários caracterizaram-se como ajudantes na agricultura familiar.

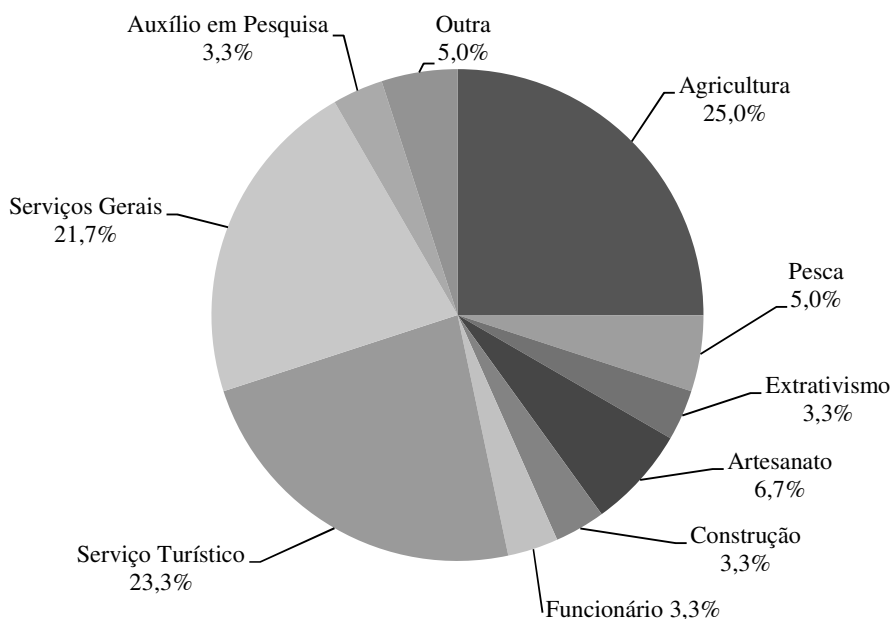


FIGURA 6: Atividades desenvolvidas por jovens e adultos entre 15 e 35 anos ($n = 60$), em porcentagem. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Práticas Tradicionais em Unidade de Conservação

O zoneamento do PESH delimitou as áreas possíveis de ocupação por populações tradicionais no interior da UC, são as chamadas Zonas Histórico-Culturais Antropológicas (ZHCA), com o objetivo de preservar os modos de vida dessas populações e permitir seu desenvolvimento, “*garantindo o direito da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais das comunidades caiçara e quilombola que vivem nestes bairros*” (SÃO PAULO, 2006). Para cumprir com esses objetivos, o Conselho Executivo do Núcleo Picinguaba criou uma Câmara Técnica que elaborou o Plano de Uso Tradicional do Sertão da Fazenda (PUT), o qual estrutura as diretrizes de uso de todos os espaços disponíveis na ZHCA do Sertão, discriminando o que é permitido e o que é proibido nesses espaços. Não estão incluídos na ZHCA os núcleos de ocupação Ponta Baixa e Praia.

Maior atenção foi direcionada ao manejo agrícola local, numa tentativa de se analisar mais profundamente os impactos causados pelas restrições político-ambientais às atividades tradicionais da comunidade. Dentre outras práticas tradicionais, também atentamos para os usos dos quintais e para a produção de farinha de mandioca. Primeiramente, trataremos da agricultura.

O Manejo das Roças de Antigamente e na Atualidade

A agricultura praticada no tempo da antiga Fazenda Picinguaba é lembrada por um morador que nasceu e se criou na comunidade:

“Ta vendo ali naquele morro que você hoje vê tudo (florestado), aquilo foi tudo roça nossa, de meu pai, essa parte de lá também. Antes você entrava aí, era lavora mesmo, era bananal que ia daqui até a praia, cana, arroz, tinha muita coisa... banana então! Laranja? laranja você escolhia o pé que queria chupar laranja, hoje não tem, acabou!” (morador do Sertão, 61 anos)

Durante o período em que a Fazenda Picinguaba esteve ativa, os moradores relembram de uma agricultura farta, que se estendia do início da encosta da serra até a praia, recobrando os morros e demais áreas onde hoje se estabelece uma Floresta Atlântica regenerada ou em regeneração. Após o período de decadência da Fazenda Picinguaba, os moradores voltaram-se para a agricultura de subsistência e, pouco a pouco, as antigas áreas agrícolas foram sendo substituídas pela vegetação nativa. Desse modo, antes da implantação do Núcleo Picinguaba, o principal manejo realizado na área era o da agricultura de coivara, também chamada de agricultura de ‘corte e queima’, ou ainda, ‘roça de toco’ ou ‘agricultura itinerante’ (OLIVEIRA et al., 1999; PERONI, 2004).

A agricultura de coivara é utilizada tradicionalmente por populações caiçaras e quilombolas, como herança da cultura indígena. Nesse sistema agrícola, ocorre o corte e queima da vegetação natural no preparo da terra para o plantio. A mão de obra é familiar e, geralmente, não há incrementos de insumos externos à produção, como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Para promover a sustentabilidade agrícola, enquanto uma área é cultivada, outras estão em diferentes estágios de pousio (ou “descanso da terra”, como é chamado localmente), o que possibilita a regeneração da vegetação nessas áreas em descanso. Quando a área cultivada diminuir em produtividade, devido ao desgaste do solo pela atividade agrícola, uma área em descanso é requisitada, e por meio do corte e queima da vegetação regenerante e incorporação das cinzas no solo, os nutrientes tornam-se novamente disponíveis para a

agricultura. Por promover a ciclagem de nutriente e regeneração da vegetação, esse manejo assemelha-se a processos de sucessão ecológica gerados por impactos naturais, e, desde que o período de descanso da terra seja respeitado, o sistema promove resiliência ambiental e sustentabilidade agrícola. (MARTINS, 2005; PERONI 2000; 2004).

Peroni & Martins (2000), em estudo com agricultores tradicionais do litoral sul do Estado de São Paulo, indicam que a agricultura de coivara ocorre em áreas de aproximadamente 0,5 ha, as quais são agricultadas por um período de 2 a 3 anos e depois o solo é deixado em pousio, que pode variar de 2 a mais de 50 anos, sendo comum sua utilização após 20 anos, de maneira que o processo de sucessão não é suprimido, mas utilizado de forma temporária. Segundo Oliveira et al. (1999), em trabalho realizado na Ilha Grande-RJ, uma capoeira de 3 anos se assemelha a uma mata de 150 anos no que diz respeito às estruturas de ciclagem de nutrientes (raízes finas + serrapilhira), porém o solo só é fertilizado quando o lavrador derruba e incendeia a capoeira. As cinzas além de fertilizarem o solo, aumentando os níveis de cálcio, magnésio e potássio, neutralizam o pH reduzindo o nível de toxicidade do alumínio (OLIVEIRA et al, 1999). No entanto, os autores acima citados apontam que a auto-sustentabilidade agrícola só é alcançada se houver respeito às regras relacionadas à frequência de utilização das queimadas, baixa densidade demográfica da comunidade, terras disponíveis para o pousio e utilização maciça de mão de obra.

O presente estudo indica que, nos dias atuais, a agricultura é a ocupação mais dos homens da comunidade (Tabela 3). Mas como os agricultores vêm desenvolvendo a atividade agrícola em meio às diretrizes de permissão e proibição do uso do solo pela UC?

Num total de 23 roças mencionadas nas entrevistas, foi possível observar 20, que diferem entre si quanto ao tamanho, à diversidade agrícola e ao destino da produção (Tabela 5). No período da pesquisa, 19 roças observadas estavam ativas e uma roça havia sido aberta recentemente e estava sendo preparada para o plantio. Foi possível acompanhar períodos de colheita e capina de algumas roças, as atividades de abrir uma nova roça e o plantio não foram observados. As 20 roças observadas pertencem a 13 famílias de agricultores tradicionais.

TABELA 5: Localização, tamanho das roças, gêneros agrícolas cultivados e produtos comercializados. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Bairro	Tamanho	Cultivo	Vende
Sertão/ não várzea	248 m ²	Mandioca	Não
Sertão/ não várzea	423 m ²	Banana, mandioca	Não
Sertão/ não várzea	580 m ²	Banana, cana, mandioca, milho	Farinha de mandioca
Sertão/ várzea	613 m ²	Cana, feijão, mandioca, milho	Farinha de mandioca
Ponta Baixa	* 700 m ²	Abacate, abacaxi, banana, caju, cana, cará, feijão, inhame, mandioca, milho	Não
Sertão/ não várzea	769 m ²	Em preparação	Não
Sertão/ não várzea	834 m ²	Mandioca	Não
Sertão/ não várzea	936 m ²	Feijão, mandioca, milho	Farinha de mandioca
Sertão/ não várzea	* 1.200 m ²	Feijão-guandu, mandioca	Não
Sertão/ não várzea	1.400 m ²	Abacaxi, banana, batata-doce, inhame, mandioca	Não
Sertão/ não várzea	1.417 m ²	Abacaxi, banana, batata-doce, cana, mandioca	Não
Sertão/ não várzea	2.225 m ²	Banana, mandioca, milho	Não
Sertão/ não várzea	3.740 m ²	Mandioca	Farinha de mandioca
Sertão/ várzea	* 12.000 m ²	Banana, batata-doce, cana, feijão, feijão-guandu, mandioca, milho	Feijão, farinha de mandioca
Sertão/ várzea	12.438 m ²	Açaí, banana, palmito-jussara	Banana
Sertão/ várzea	14.549 m ²	Palmito-pupunha	Palmito <i>in natura</i>
		Abacate, ameixa, araçá, banana, café, cacau, cará, chuchu, condessa, feijão-guandu, goiaba, ingá, inhame, laranja, mandioca, milho, urucum	Não
Sertão/ não várzea	Não medida	Banana	Não
Sertão/ não várzea	Não medida	Cará, feijão, mandioca, milho	Não
Ponta Baixa	Não medida	Banana	Banana
Sertão/ várzea	Não medida	Feijão, milho	Não

*Áreas não medidas com GPS, valor informado pelo agricultor.

Dois famílias de agricultores possuem três áreas de roça cada, outras três famílias possuem duas áreas cada, e as oito famílias restantes possuem apenas uma área de roça cada (47,8% das roças). Apenas três roças visitadas têm tamanho superior a 1 ha, sendo que 81,2% das roças medidas possui área entre 0,02 ha e 0,37 ha. Em 4 roças não foi possível realizar a medição nem os agricultores souberam estimar seu tamanho. Ao todo, 33 moradores se ocupam com a agricultura, dentre eles, 13 pessoas têm a agricultura como ocupação primária e 20 pessoas como ocupação secundária.

Em 60% das roças a produção é estritamente destinada ao consumo familiar. Somente a banana, o palmito pupunha e o feijão foram citados, em 20% das roças, como gêneros

agrícolas comercializados. Em 25% das roças que cultivam mandioca para fazer farinha, o excedente da produção de farinha é vendido nas próprias residências, porém esse comércio não é freqüente, como visto anteriormente.

Em 30% das roças a produção é realizada em sistemas de monocultivos, sendo 3 roças exclusivas de mandioca, duas exclusivas de banana e parte de uma roça é exclusiva de palmito-pupunha. A maioria das roças (70%) produz em sistemas de policultivos de dois ou mais gêneros agrícolas. Nem todos os produtos manejados em policultivos estão misturados na roça, alguns produtos como a banana e a cana, apesar de encontrarem-se na mesma roça, são plantados separadamente, para evitar a competição com os demais gêneros agrícolas, como ilustra o seguinte depoimento:

“Tem um espaço só pra banana e um pra cana. Já milho, feijão e a mandioca planta junto, porque logo se tira né? Por exemplo: feijão você logo colhe, com 90-60 dias, e a cana... ela dura e entoicera muito, dobra e cai no meio da rama.” (morador do Sertão, 61 anos)

A diversidade agrícola é fundamental para o agricultor que não dispõe de recursos econômicos para tecnificar a agricultura, pois a alta diversidade de espécies e variedades auxilia o agricultor a superar os diferentes estresses ambientais e ecológicos encontrados no campo, como a deficiência hídrica e nutricional, e a presença de pragas e patógenos. Assim sendo, a alta diversidade agrícola pode ser uma importante estratégia para a agricultura no interior de Unidades de Conservação, nas quais o uso de insumos agrícolas químicos é inaceitável. Dentro da diversidade agrícola levantada, foi encontrada mais de uma etnovariabilidade para algumas espécies cultivadas (Tabela 6).

TABELA 6: Etnovariiedades encontradas nas roças. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Cultura	Etnovariiedades
Banana	Cera, Da Terra, Maçã, Nanicão, Nanica, Nanica Meio Pé, Ouro, Prata, São José, São Tomé, Vinagre
Cana	Caiana, Prata, Vermelha
Feijão	Carioquinha, Jaule, Perú
Milho	Cateto, Catetinho

Durante o período de estudo, a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) esteve presente em 15 das 19 roças ativas da comunidade, sendo o cultivo mais comum, presente em 78,9% das roças, seguido de banana (*Musa spp*) (57,9%), milho (*Zea mays* L.) (47,4%) e feijão (*P. vulgaris*) (26,3%) (Apêndice C). A mandioca também foi a espécie que apresentou o maior número de etnovariiedades, o que será discutido mais adiante. O cultivo de mandioca,

principalmente para a produção de farinha, já foi apontado por Rossato (1996), em estudo sobre o uso de plantas por populações do litoral norte do Estado de São Paulo, entre elas os moradores do Sertão da CRQF, como a principal fonte de renda das 17 famílias entrevistadas no Sertão, naquele período. O calendário agrícola dos principais cultivos está apresentado na Tabela 7.

TABELA 7: Calendário agrícola. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

	Horta	Feijão	Milho	Mandioca Consumo	Mandioca Farinha	Banana
Preparo do solo	março/abril	julho/agosto	julho/agosto	julho/agosto	julho/agosto	julho/agosto
Plantio	abril - junho	agosto/ setembro	agosto/ setembro	agosto/setembro	agosto/ setembro	agosto/setembro
Colheita	maio - julho	novembro/ dezembro	janeiro - março	A partir de 6 meses	A partir de 1 ano	A partir de 1 ano

Alguns elementos característicos do manejo tradicional foram observados na maioria das roças visitadas, como alta diversidade agrícola, tecnologia de baixo custo e mão de obra familiar. Entretanto, elementos da agricultura tecnificada também foram encontrados, como o uso de trator para arar a terra, observado em uma única roça onde o agricultor possui uma área maior que 1 ha e destina parte da produção agrícola para o comércio. A derrubada da mata e a queima, características comuns da agricultura tradicional, não são mais realizadas durante o manejo das roças porque a administração da UC não admite o corte da vegetação que está além do estágio inicial de regeneração, portanto, não existem áreas em pousio superior a 2 anos, licenciadas, disponíveis para a agricultura. Situação semelhante foi encontrada por Hanazaki et al. (1996) e Hanazaki et al. (2000), nos bairros da Almada e Cambury (Ubatuba, SP), por Peroni & Martins (2000), no litoral sul do Estado de São Paulo, e por Ferreira (2008) na Vila de Aventureiro (Ilha Grande, RJ). Essa situação pode ser ilustrada pelo depoimento abaixo, no qual o agricultor compara a liberdade de acesso às terras agricultáveis antes e depois da implantação da UC:

“Naquele tempo não é que nem hoje né... as coisas mudam. A gente roçava, não tinha esse negócio de meio ambiente proibindo, nada. Vivia da terra mesmo, da terra e da pesca. Hoje a pessoa não pode aumentar, por exemplo: eu quero fazer um pouco mais, já não tem aquele poder de fazer, eles não liberam a terra e se libera demora muito tempo, então lugar que a gente plantava, meu pai plantava, minha mãe plantava, hoje eu não mexo mais, não pode mexer, só tem essa parte aí ó.” (Agricultor do Sertão, 61 anos)

O fogo controlado, prática utilizada para limpar a área e incorporar nutrientes ao solo, também não é admitido como uma prática compatível com a sustentabilidade ambiental pela administração da UC, pelo contrário, é proibido e considerado agente perturbador da natureza e prejudicial à fauna e flora. No entanto, segundo informações de agricultores locais, a prática da queimada quando é realizada de maneira adequada (com acero e fogo direcionado e controlado), apresenta riscos mínimos de propagação na floresta. Outros estudos sugerem uma gestão da Unidade de Conservação com metodologias participativas e a educação ambiental para reduzir os danos ambientais e materiais do uso do fogo e de outras práticas conflitantes com a conservação ambiental (BONFIM et al., 2003; PEDROSO-JÚNIOR & SATO, 2005; SILVA, 2006). O depoimento de um agricultor local destaca o fogo como atividade criminosa, e diferencia a planta quando cultivada após atear fogo e com o manejo da terra sem o fogo:

“Hoje em dia não se queima mais, se queimar hoje a pessoa é processada aqui. É engraçado que na época que a gente queimava, a planta saía mais sadia, e hoje pra arar uma terra ou se limpar sem arar, sem nada, a planta sai sadia, mas não sai legal não, não sai tão boa.” (morador do Sertão, 61 anos)

O entendimento e o respeito às práticas tradicionais na agricultura começaram a receber mais atenção, pela administração do Núcleo Picinguaba, a partir do primeiro semestre de 2009. Até então, os moradores só conseguiam autorização do Parque para plantar em áreas de cultivo já estabelecido, onde o uso para a agricultura é freqüente, ou seja, as áreas que ficavam em pousio, promovendo a ciclagem de nutrientes e a regeneração da vegetação natural, não podiam ser reutilizadas, uma vez que a limpeza da área caracteriza a supressão da vegetação natural. Essa política vem sendo modificada pouco a pouco com o licenciamento de algumas áreas tradicionais de roça, que estavam em desuso devido às proibições em decorrência do período estendido de pousio em que se encontravam. Os sistemas agroflorestais também são tolerados nas áreas com regeneração natural em APP's (Áreas de Preservação Permanente). No entanto, muitos agricultores ainda se sentem prejudicados porque perderam áreas tradicionais de roça que são identificadas, atualmente, por técnicos da UC, como áreas em estágios avançados de regeneração e por isso não podem ser liberadas para a agricultura, ou porque, até o momento da pesquisa, ainda não haviam sido contemplados pelo licenciamento de suas áreas.

As restrições impostas ao manejo tradicional das roças, que dificultam o acesso às terras para a agricultura, obrigam os agricultores a utilizar intensivamente uma mesma área de roça, o que a torna cada vez mais desgastada e improdutiva, levando ao abandono gradual da

atividade agrícola e, conseqüentemente, à perda da agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional associado. Por esses motivos, é comum escutar reclamações de moradores locais do tipo “o meio ambiente não deixa ninguém trabalhar”, ou ainda:

“Agora não pode fazer mais nada, é verdade. Mata tem, lugar tem, mas o dono do terreno, que é o meio ambiente, não deixa. Então por causa de um pé de árvore eu vou pagar uma multa. Hoje eu não tenho nada!” (morador da Ponta Baixa, 54 anos)

Muitos agricultores descreveram que suas áreas de roça diminuíram consideravelmente e outras áreas foram abandonaram devido às restrições conservacionistas. As restrições à agricultura tradicional afetam de maneira diferente os moradores do Sertão que têm roças na várzea e os que têm roças em terras acima da várzea (não várzea). Apesar de as roças da várzea representarem a minoria das roças no Sertão (27,8%), é na várzea que se encontram as maiores e algumas das mais diversificadas roças da comunidade (Tabela 5). Essas roças se encontram em áreas que não são diretamente alagadas, e a fertilidade natural do solo é apontada pelos agricultores locais como uma característica positiva da agricultura nessas áreas. Um dos argumentos utilizados pelos agricultores é que o solo pode ser manejado sem períodos longos de pousio para recuperar os nutrientes, outro argumento é que esse tipo de solo possibilita o plantio de uma variedade maior de mandiocas e outras culturas mais exigentes nutricionalmente, como o feijão (*P. vulgaris*), o milho (*Z. mays*) e a batata doce *Ipomoea batatas* (L.) Lam. Esse fato é exemplificado pelo depoimento de um lavrador que possui roças na várzea:

“Essa terra aqui ela tem muita vitamina, porque tem muita folhagem, a própria folhagem já gera o adubo. Então, por exemplo: a gente leva dois anos pra plantar de novo, que a própria folha da mandioca já é o adubo, então leva dois anos pra colher essa mandioca pra fazer farinha, dois anos... dois anos e meio. Quer dizer, dá o tempo da terra voltar de novo.” (morador do Sertão 61 anos)

No depoimento acima, o agricultor menciona um período de até dois anos e meio para se colher a mandioca. Segundo o informante, durante esse período, o solo, apesar de continuar com mandioca, se recupera naturalmente para receber as próximas culturas. Uma análise de solo e um estudo sobre a dinâmica de cheias e ciclagem de nutrientes na várzea é necessário para melhor compreender o manejo agrícola nessas áreas.

Nas terras acima da várzea o desgaste do solo é mais crônico, devido ao cultivo intensivo, exigindo um manejo diferenciado. É comum o agricultor dividir a sua roça em duas ou mais parcelas menores, de modo que algumas parcelas ficam “descansando” por um ano

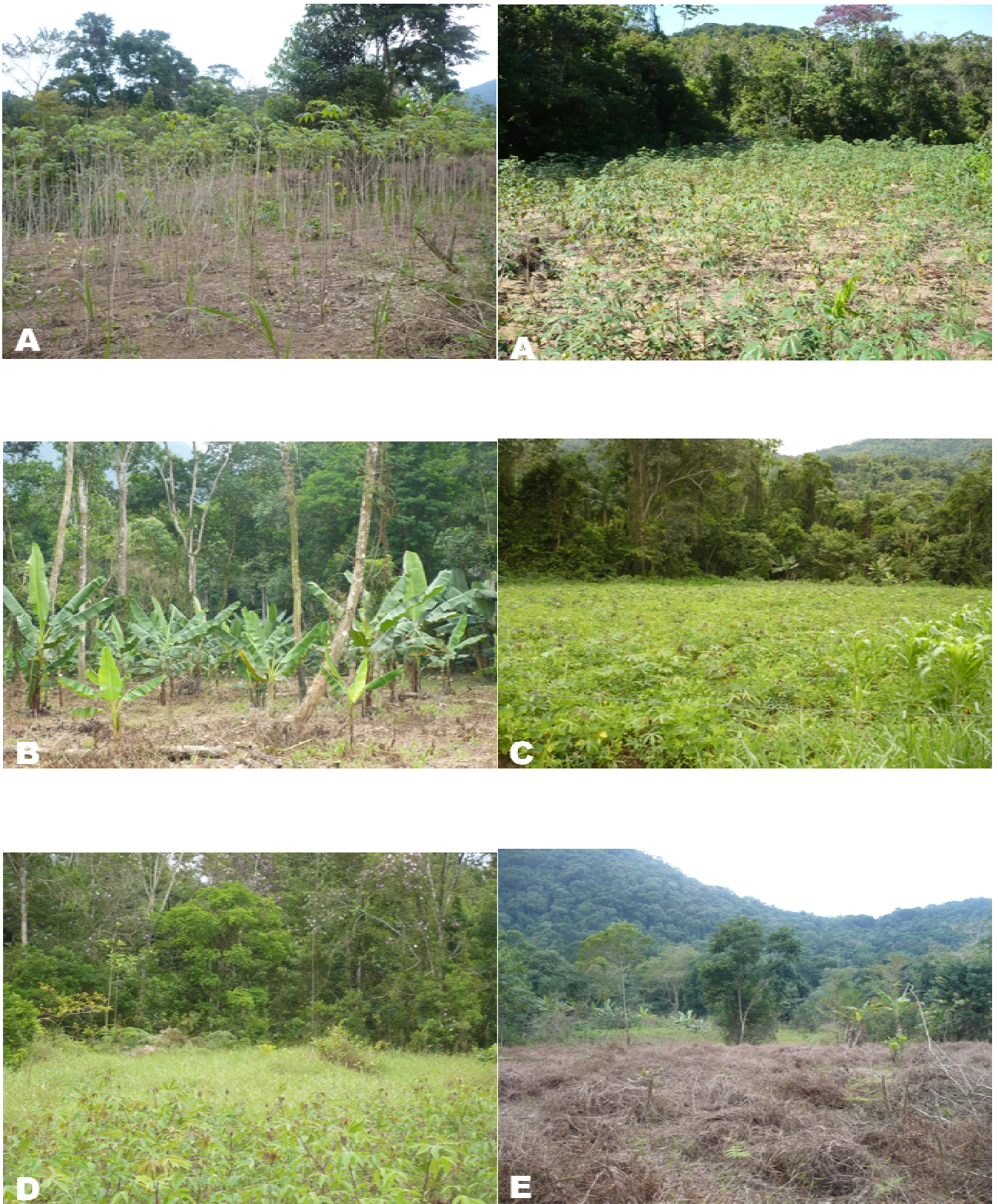
no máximo, para que a regeneração da vegetação natural não desenvolva para além de seu estágio inicial, e assim a área possa recuperar um pouco os nutrientes e produzir novamente no ano seguinte, sem que o avanço da vegetação natural caracterize a área como imprópria para a agricultura perante a administração da UC. Desse modo, a roça é formada por parcelas que se revezam entre as que produzem e as que descansam, por um período de um ano, o qual geralmente corresponde ao tempo para a colheita da mandioca na parcela em cultivo.

Devido às áreas de roça desgastadas, algumas variedades de mandioca com baixa exigência nutricional foram selecionadas ao longo dos anos e hoje são cultivadas por um grande número de agricultores, como a mandioca Zumira, apresentada nesse depoimento:

“Essa Zumira, que dá até pra comer cozida, desde a época do meu pai já tinha ela, e até agora, a gente nunca perdeu a planta dela. Porque na terra fraca você planta ela e com nove meses, por aí, você já pode arrancar pra fazer farinha.”
(morador do Sertão 51 anos)

Devido à importância histórica e contemporânea da mandioca na comunidade, assim como para a conservação do patrimônio genético nacional, seu cultivo recebeu maior atenção nesse trabalho e ganhou um espaço mais amplo de discussão e análise, que será apresentado mais adiante.

A agricultura tradicional tem se mostrado muito diferente daquela praticada anteriormente à implantação da UC, principalmente no que diz respeito ao acesso às terras agricultáveis em pousio e ao manejo do fogo. Esse fato fez com que muitos agricultores diminuíssem e até mesmo abandonassem áreas tradicionais de cultivo, sendo que, atualmente, apenas uma minoria das roças consegue produzir em suficiência para o abastecimento familiar, e em sua maioria, as roças funcionam como pequenos sistemas agrícolas complementares no consumo familiar. Contudo, há necessidade de um estudo mais aprofundado para melhor compreender a contribuição da agricultura na subsistência familiar, de maneira a quantificar o quanto se consome de produtos oriundos das roças locais e o quanto é necessário comprar para satisfazer o consumo alimentar das famílias.



PRANCHA 2: Roças. A = cultivos exclusivos de mandioca; B = cultivo de Banana; C= policultivo de batata-doce, feijão, mandioca e milho, com 4 meses; D = primeiro plano: roça ativa, segundo plano: roça em pousio, terceiro plano: floresta não manejada; E = área de pousio sendo preparada para o plantio.

Etnoviedades de Mandioca

A mandioca (*Manihot esculenta*), domesticada nas terras baixas da América do Sul, tem sido utilizada como modelo de estudo para compreender a construção biológica e cultural da agrobiodiversidade manejada por agricultores tradicionais no Brasil. Dentre seus potenciais, destaca-se a ampla distribuição geográfica pelo território nacional, a grande diversidade varietal em níveis locais e regionais e os mecanismos ainda ativos de reprodução sexual, os quais tornam possível o intercruzamento entre variedades domesticadas e espécies selvagens (EMPERAIRE & PERONI, 2007). A mandioca assume também grande importância econômica e nutricional, uma vez que sempre foi fonte energética das populações onde se originou (MARTINS, 2005). Dentre os benefícios para o agricultor, a alta diversidade de mandioca possibilita escolher variedades que melhor atendem às suas necessidades, por exemplo: variedades de mandioca que apresentam maior produtividade na raiz, ou maior rendimento na farinha, ou mais durabilidade para estocagem no solo, entre outros.

No presente estudo foram encontradas 15 etnoviedades de mandioca (Tabela 8). Provavelmente, esse número está subestimado, uma vez que três roças não foram visitadas, e algumas etnoviedades mencionadas, como Lagoana, Manteiga, Roxinha, Santa Helena e Saracura, não foram incluídas porque não foi possível observá-las em campo. O número de etnoviedades cultivadas por uma comunidade é variável e dependente de fatores externos e internos aos agricultores, como o contexto sócio-econômico e ambiental regional, determinantes da conservação e transmissão das práticas e conhecimentos tradicionais entre os agricultores. Amorozo (1998) encontrou 60 diferentes etnoviedades de mandioca em estudo com duas comunidades de agricultores tradicionais na Baixada Cuiabana, MT; Peroni et al (1999) encontraram somente 8 etnoviedades em uma comunidade de agricultores tradicionais em Cananéia-SP. Para tribos indígenas amazônicas, o número de variedades distintas de mandioca, cultivadas por uma única tribo, pode ser superior a 130 (CHERNELA, 1986).

TABELA 8: Etnoviedades de mandioca, seus usos, características preferenciais e frequência relativa de cada etnoviedade nas roças. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

Etnoviedades	Uso	Características Preferenciais	Frequência Relativa (%) (n = 15)*
Marica	Farinha	Alto rendimento na Raiz/ alta durabilidade na roça	53,3
Zumira	Farinha/ Consumo	Rendimento rápido/ pouca exigência nutricional/ alta durabilidade na roça	46,7
Santista	Farinha/ Consumo	Pouca exigência nutricional/ consumo	46,7
Landiferro	Farinha	Alto rendimento na farinha/ alta durabilidade na roça	26,7
Vassorinha	Farinha/ Consumo	“Não falha” (sempre tem raiz)/ pouca exigência nutricional/ consumo	20,0
Aipim Preta	Farinha/ Consumo	Consumo/ Alto rendimento na raiz/ alta durabilidade na roça	20,0
Aipim Rosa	Consumo	Consumo	13,3
Sinhá na Mesa	Consumo	Consumo	13,3
Catarina	Farinha	Alto rendimento na raiz e na farinha	6,7
Fécua 13	Farinha	Alto rendimento na raiz	6,7
Fécua 14	Farinha	Alto rendimento na raiz e na farinha	6,7
Amarelinha 1	Consumo	Consumo/ desenvolvimento rápido da raiz	60,0
Amarelinha 2	Consumo	Consumo/ desenvolvimento rápido da raiz	
Amarelinha 3	Consumo	Consumo	
Amarelinha 4	Consumo	Consumo	

*Número total de roças com mandioca.

As etnoviedades de mandioca mais comuns foram Maricá, presente em 53,3% das roças com mandioca, Zumira e Santista, ambas encontradas em 46,7% dessas roças. O grupo das *Amarelinha* foi considerado como um grupo único artificial para calcular a frequência relativa das etnoviedades de mandioca porque não foram coletados dados descritivos satisfatórios para diferenciar uma amarelinha de outra. As diferenças no córtex e no súber de algumas raízes de etnoviedades de mandioca encontradas estão ilustradas na Figura 7.

Algumas etnoviedades de mandioca cultivadas anteriormente foram perdidas ao longo do tempo, entre elas foram mencionadas as etnoviedades: Gongá, Pão-do-Céu e Mata-Fome. O processo de perda e aquisição de novas variedades de mandioca é dinâmico e muito comum entre os agricultores tradicionais (AMOROZO, 2008; PERONI, 2004). As etnoviedades Catarina, Fécua 13 e Fécua 14 foram introduzidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e estão em fase de teste, sendo que foram encontradas em uma única roça.



FIGURA 7: Raízes de etnovarietades de mandioca. Destaque para as colorações do súber e do córtex da raiz. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

A alta diversidade de mandioca associada ao manejo agrícola tradicional representa uma importante estratégia de conservação *on-farm* da agrobiodiversidade local e, conseqüentemente, de seus recursos genéticos e da dinâmica evolutiva das espécies (VALLE, 2002; WOOD & LENNÉ, 1997). Contudo, futuros estudos sobre a diversidade genética das variedades de mandioca encontradas podem fornecer dados úteis para a conservação e manipulação gênica da espécie.



PRANCHA 3: Diferenças morfológicas das partes aéreas e subterrâneas entre três variedades de mandioca. A = Landiferro; B = Santista; C = Zumira.

As Plantas e seus Usos

Foram mencionadas 112 etnoespécies de plantas úteis cultivadas ou espontâneas nos quintais e roças (Apêndice C). No total foram categorizadas 42 etnoespécies de plantas alimentícias, 47 etnoespécies de plantas medicinais, 19 etnoespécies citadas tanto como alimentícias quanto medicinais, e 4 etnoespécies em Outros Usos.

Rossato (1996) estudou o uso de plantas por populações do litoral norte do Estado de São Paulo e encontrou um total de 116 etnoespécies em 18 entrevistas realizadas no Sertão da CRQF. Hanazaki (1997) estudou o uso de plantas por duas comunidades caiçaras, vizinhas à comunidade do presente estudo, e encontrou um total de 227 etnoespécies em 102 entrevistas realizadas. O alto número de plantas encontradas pela autora justifica-se pelo esforço amostral também superior. As porcentagens das plantas citadas em cada categoria considerada pelos estudos acima citados estão apresentadas na tabela 9.

TABELA 9: Porcentagem das etnoespécies de plantas citadas para cada categoria de uso. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda (CRQF) (2009)¹, Rossato (1996)², Hanazaki (1997)³.

	Medicinais	Alimentícias	Manufaturas	Outros Usos
CRQF¹	58,9%	54,5%	-	3,6%
Sertão da CRQF²	35,1%	39,8%	30,1%	-
Almada³	42%	20%	29%	-
Camburi³	33%	31%	35%	-

As principais plantas medicinais encontradas no presente estudo foram o capim cidrão (*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf) (presente em 43,0% dos quintais), o boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews) (40,0%), e a erva cidreira (31,8%). Essas espécies também estão entre as principais plantas medicinais amostradas por Rossato (1996) e Hanazaki (1997).

As principais plantas alimentícias foram goiaba (*Psidium guajava* L.) (presente em 74,3% dos quintais), banana (*Musa* spp) (em 71,4% dos quintais e em 57,9% das roças), jaca (*Artocarpus heterophyllus* Lam.) (em 60,0% dos quintais), jambo (*Syzygium malaccense* (L.) Merr. & L. M. Perry) (60,0% dos quintais), abacate (*Persea americana* Mill.) (57,1% dos quintais), laranja (*Citrus* spp) (54,3% dos quintais), limão (*Citrus* spp) (51,4% dos quintais) e mandioca (*M. esculenta*) (em 78,9% das roças). As plantas alimentícias encontradas variaram bastante em frequência com os estudos de Rossato (1996) e Hanazaki (1997), entretanto, banana (*Musa* spp) e laranja (*Citrus* spp) estão presentes entre as principais plantas dessa categoria em ambos os estudos.

Dentre as etnoespécies para manufatura encontradas por Rossato (1996), 13 eram utilizadas na construção, 11 para a confecção de canoa e remo, 10 para a confecção de utensílios domésticos, 3 para cestarias e 1 no artesanato. As plantas para manufatura encontradas por Hanazaki (1997) eram usadas principalmente para a confecção de canoas e remos e na construção de casas. No presente estudo, somente duas plantas foram citadas com potencial para comporem a categoria *manufatura*, o cipó-timbopeva utilizado para confeccionar o tipiti, e o bambu-japonês utilizado para fazer vassoura, entretanto, esse número não foi considerado relevante para se constituir mais uma categoria de uso e por isso foram agrupadas em outros usos, juntamente com citronela e urucum. A baixa frequência de plantas para manufatura encontrada no presente estudo é reflexo, principalmente, do levantamento restrito e limitado aos quintais e roças, sendo que muitas das espécies para manufatura são nativas de Mata Atlântica e mais comumente encontradas no interior da floresta. Entretanto, seria interessante analisar a hipótese de que as práticas tradicionais de manufatura podem estar sendo abandonadas ou transformadas, principalmente as desempenhadas na pesca, que é uma atividade pouco praticada atualmente, na construção, posto que a grande maioria das casas é de alvenaria, nos utensílios domésticos, uma vez que a facilidade de acesso à cidade aumenta a probabilidade de uso dos utensílios domésticos industrializados e também devido ao baixo número de pessoas que se ocupam atualmente com o artesanato (Tabela 3). Desse modo, há necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as plantas utilizadas na manufatura para uma amostragem mais consistente e melhor compreender essa categoria de uso.

O palmito-jussara (*Euterpe edulis*) foi encontrado em 25,7% dos quintais. Segundo Prata (2009), em estudo fitossociológico integrante do Programa BIOTA-FAPESP, realizado em área florestada no interior do território da comunidade, *E. edulis* foi a espécie mais abundante e com ampla distribuição pela área. A espécie é considerada ameaçada de extinção em áreas da Mata Atlântica onde há ocupação humana, devido ao extrativismo predatório para o comércio ilegal do palmito, fato que, provavelmente, não ocorre na área. Na comunidade, o palmito-jussara é manejado de maneira sustentável para a extração e comércio da polpa dos frutos, em parceria com o IPEMA e órgãos governamentais, como já relatado anteriormente. Entretanto, poucas são as pessoas da comunidade engajadas diretamente na atividade de extração e processamento dos frutos.

Os Quintais e seus Recursos

O quintal é apontado por diversos autores como um importante espaço com utilidade para complementar a alimentação e melhorar a qualidade na dieta das famílias, minimizando gastos domésticos com alimentação, e ainda fornecendo utilitários diversos, como lenha, madeira, minhocas, compostos orgânicos para adubagem entre outros, e ainda cultivar plantas utilizadas na medicina popular. Os quintais tradicionais também têm potencial para a conservação *in situ* do germoplasma de plantas domesticadas, pois o manejo de espécies e variedades nesses quintais é uma prática constante (AMOROZO, 2007; AMOROZO, 2008; ANGELO & AMOROZO, 2006; WINKLERPRINS, 2002).

O uso dos quintais para prover recursos alimentícios às famílias, principalmente frutas, foi observado em todos os 35 domicílios visitados, 74,3% dos quintais apresentaram plantas medicinais e 51,4% possuem horta (Figura 8).

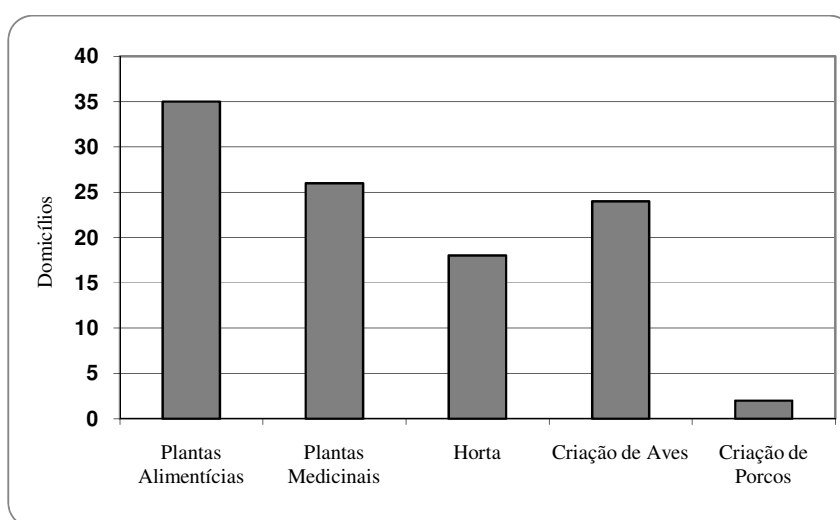


FIGURA 8: Atividades desenvolvidas nos quintais. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

A criação de aves ocorreu em 68,6% dos domicílios, somando um total de 735 aves, sendo a grande maioria de galinhas, seguida de patos e com menor intensidade de perus. Os porcos estavam sendo criados em apenas 2 domicílios, somando-se 3 animais ao todo.

Os quintais apresentaram-se como importante fonte de obtenção de recursos alimentícios e medicinais pelos moradores locais, uma vez que dentre as 112 etnoespécies encontradas, 84 ocorreram com exclusividade nos quintais (Apêndice C), as criações de animais ocorrem unicamente nesses espaços e também é nos quintais onde se localizam as hortas e as casas de farinha familiares.

A Produção de Farinha de Mandioca

A farinha de mandioca ainda é uma importante fonte alimentar para os moradores da comunidade. Ao todo foram encontradas seis casas de farinha em funcionamento (1 de grande porte e outras 5 de pequeno porte), os principais aspectos e etapas da produção da farinha de mandioca encontram-se na Tabela 10.

No passado recente, até meados da década de 1980, a base da alimentação caiçara era a farinha de mandioca e o peixe (MARCÍLIO, 1986). Atualmente, a farinha de mandioca continua sendo uma importante fonte alimentar na comunidade, porém as plantações de mandioca não são suficientes para abastecer a demanda de farinha de todas as famílias, sendo que, alguns moradores compram a farinha de mandioca no mercado por não ter onde plantar a rama¹⁰, porém, esse dado não foi quantificado para avaliar o quanto é comprado para suprir o consumo local.

As mandiocas mais indicadas para a produção de farinha foram: Maricá, Zumira e Landiferro. Essa preferência foi constatada em função das características atribuídas a essas variedades, como a dureza acentuada e a baixa concentração de água da raiz, fatores mencionados como requisitos positivos para aumentar o rendimento da farinha durante o processo produtivo. Outras variedades de mandiocas também podem ser utilizadas na produção de farinha, porém suas preferências estão mais relacionadas ao consumo direto da raiz cozida ou frita.

Os modos locais de produção da farinha de mandioca se diferenciam em dois estilos principais, caracterizados principalmente pelo destino da farinha produzida. Quando se produz em grandes quantidades destinadas à venda, geralmente, a farinha é produzida na casa de farinha comunitária, movida pela roda d'água. Essa casa foi reformada pelo Instituto Florestal, em 1985, como incentivo ao desenvolvimento da cultura local. O maquinário utilizado é artesanal de grande porte, movido por um sistema de polias ligado à roda d'água (Tabela 10).

Segundo informação do responsável pela casa de farinha, a capacidade diária de produção da casa é de aproximadamente 200 Kg. Entretanto, não há plantação de mandioca suficiente na comunidade para abastecer essa produção, sendo que é necessário comprar mandioca de outras regiões quando se deseja produzir em grandes quantidades. Esse fato torna difícil o planejamento da produção e, conseqüentemente, não há uma regularidade ao longo do ano. Todavia, foi observada maior atividade durante o período de alta temporada

¹⁰ Nome dado localmente para o caule da mandioca utilizado no plantio.

turística, quando a venda da farinha de mandioca é mais freqüente e o processo produtivo, além de fornecer uma importante fonte de renda local, torna-se, também, atrativo ao público turístico que busca conhecer aspectos ainda representativos da cultura local, como é observado na fala de um informante (morador do Sertão, 70 anos): “*manter a casa de farinha em funcionamento é manter a cultura viva*”.

Quando a farinha de mandioca é produzida para o consumo familiar, são utilizadas as casas de farinha de pequeno porte. Nesse tipo de produção também se utiliza maquinário artesanal, porém já mesclado com elementos industriais modernos, como o motor elétrico. O maquinário é abrigado em pequenas casas de pau-a-pique que, geralmente, abastecem o consumo local utilizando-se mandioca cultivada nas próprias roças familiares. A capacidade média de produção diária das casas de farinha familiares é de $25,5 \pm 9,1$ Kg (Tabela 10).

Essas casas de pequeno porte abastecem tanto o núcleo familiar como outros parentes e vizinhos que necessitem produzir a farinha de mandioca. Desse modo, esse tipo de casa de farinha assume um caráter interfamiliar de importante coesão entre os comunitários.

Há diferenças entre as casas de pequeno porte observadas: em três delas o ralador é movido por motor elétrico e em outras duas é movido por uma roda manual, ficando evidente que a modernização da produção está num processo intermediário de adaptação. O tipiti, cesto feito de cipó timbopeva onde a massa é colocada para ser prensada, foi encontrado em três casas e é fabricado por um morador da Ponta Baixa; em duas casas o tipiti foi substituído pelo saco de estopa. As prensas apresentam certa particularidade em cada casa de farinha, apesar de que o modelo mais observado foi a *prensa de mundéu*, presente em quatro das cinco casas de pequeno porte (Tabela 10).

A farinha de mandioca assume diferentes papéis no desenvolvimento social e cultural da comunidade. Primeiramente, representa uma importante fonte de segurança alimentar local, promovendo o abastecimento e a coesão social do grupo. Posteriormente, a produção de farinha de mandioca é reconhecida como um elemento característico da cultura caiçara e, mesmo não sendo exclusiva desses povos, é incentivada politicamente e freqüentemente procurada pelos turistas que, ou estão à procura da farinha de mandioca artesanal, ou simplesmente admiram esse tipo de turismo étnico, emergente na região.

Tabela 10: Cadeia produtiva da farinha de mandioca nas casas de grande e pequeno porte. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

	Casa de Grande Porte	Casa de Pequeno Porte
I - Aspectos da Produção		
Capacidade de Produção Estimada (Kg/dia)	200	25,5 ± 9,1
Produção Mensal Estimada (Kg)	2400	20 a 200
Rendimento Estimado (Kg mandioca : Kg farinha)	5 : 1	4 : 1
Insumos	<ul style="list-style-type: none"> • Lenha provinda de árvores secas da floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lenha provinda de árvores secas da floresta.
Origem da Mandioca	<ul style="list-style-type: none"> • Roças locais; • Compra de bairros vizinhos (comprador freta caminhão para buscar); • Regiões distantes (vendedor que traz). 	<ul style="list-style-type: none"> • Roça própria; • Roça própria e de familiares.
Fontes Energéticas	<ul style="list-style-type: none"> • Roda d'água, braçal, fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Braçal e fogo; • Braçal, eletricidade e fogo.
Mão de Obra	<ul style="list-style-type: none"> • Familiar; • Diaristas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Familiar.
Destino	<ul style="list-style-type: none"> • Venda no local • Venda no domicílio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo familiar; • Consumo familiar e venda no domicílio.
II - Etapas da Produção		
Descascar	<ul style="list-style-type: none"> • Descascador/lavador cilíndrico de madeira, movido a roda d'água, disposto sobre uma base de tijolos com água corrente. A casca externa (súber) é retirada e a casca interna (córTEX) retirada parcialmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manualmente com facas. Tanto a casca externa (súber), quanto a casca interna (córTEX) são retiradas integralmente.
Lavar	<ul style="list-style-type: none"> • As mandiocas são lavadas ao mesmo tempo em que são descascadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tanque com torneira; • Bacia ou balde cheio d'água.

Tabela 10: Cadeia produtiva da farinha de mandioca nas casas de grande e pequeno porte. Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda, 2009.

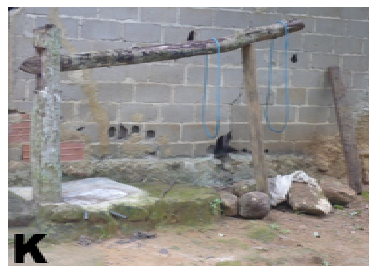
	Casa de Grande Porte	Casa de Pequeno Porte
Ralar	<ul style="list-style-type: none"> Ralador: cilindro recoberto com lata perfurada no interior de um alimentador de madeira, disposto sobre suporte de madeira. Uma pessoa pressiona a mandioca manualmente contra o cilindro movido pela roda d'água, e a massa cai num recipiente de madeira. 	<ul style="list-style-type: none"> Ralador elétrico: cilindro recoberto com lata perfurada no interior de um alimentador de madeira, disposto sobre uma base de madeira. Uma pessoa pressiona a mandioca manualmente contra o cilindro movido pelo motor elétrico, e a massa cai num recipiente de madeira; Ralador manual: Roda recoberta com lata perfurada movida a manivela. Uma pessoa gira a manivela e outra pressiona a raiz contra a roda e a massa cai num recipiente de madeira.
Prensar	<ul style="list-style-type: none"> Duas prensas de fuso pareadas, manuais, talhadas em madeira: a massa é colocada em sacos de estopa e deixada na prensa por uma noite. 	<ul style="list-style-type: none"> Prensa de fuso manual: a massa é colocada em sacos de estopa e deixadas na prensa por uma noite; Prensa <i>de mundéu</i> (ou anataca): a massa é colocada em tipiti ou saco de estopa, prensada por uma noite num sistema de alavanca (pedras são utilizadas como peso para alavancar o tronco sobre a massa).
Peneirar	<ul style="list-style-type: none"> Peneira comercial de madeira e arame. Peneiração manual. 	<ul style="list-style-type: none"> Peneira comercial de madeira e arame. Peneiração manual; Peneira artesanal de taquara e arame. Peneiração manual.
Torrar	<ul style="list-style-type: none"> Tacho de cobre, paleta movida pela roda d'água e rodete manual. Cozinha-se toda a massa com o auxílio de uma pessoa mexendo com o rodete, em seguida a massa é torrada e mexida somente pela paleta. 	<ul style="list-style-type: none"> Forno de tijolo rebocado, tacho de cobre e rodetes. Duas pessoas, concomitantemente, cozinham e posteriormente torram a massa com o auxílio dos rodetes para mexer.
Embalar	<ul style="list-style-type: none"> Sacos plásticos de 500g rotulados com o símbolo da casa de farinha. 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo: armazenada em latas de alumínio; Venda: sacos plásticos de 500g ou 1 Kg.
Subprodutos	<ul style="list-style-type: none"> Ramas: replantadas; Folhas: adubo na roça Quirera: alimento para galinhas; Polvilho: biju; Caldo: descartado. 	<ul style="list-style-type: none"> Ramas: replantadas; Folhas: alimento para porcos, adubo e/ou isca para formigas na roça; Quirera: alimento para galinhas; Polvilho: biju e/ou mingau. Caldo: jogado em formigueiros na roça (formicida) ou descartado.



Casa de Farinha Grande



Casa de Farinha Pequena



PRANCHA 4: A = Casa de farinha movida pela roda d'água (grande porte); B = Lavador/Descascador; C = Ralador; D = Forno; E = Prensa de fuso; F = Peneirando e "forneando"; G = Casa de farinha familiar (pequeno porte); H = Ralador manual; I = Ralador elétrico; J = Prensa de fuso; K = Prensa de mundéu; L = "Forneando"; M = Tipiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças políticas e sócio-ambientais presentes no contexto da comunidade apresentam-se como uma faca de dois gumes. Se por um lado o acesso aos bens e serviços urbanos, as melhorias de infra-estrutura, a diversificação das atividades rurais, principalmente com o turismo de alta temporada, e a política de compatibilização entre comunidades tradicionais e UC, têm contribuído para a permanência da população na comunidade, principalmente dos jovens, por outro lado, têm determinado transformações nas práticas tradicionais locais, exemplificadas aqui pelo manejo agrícola, que vem se tornando cada vez mais intensivo.

A atividade agrícola tradicional vem se reduzindo paulatinamente para se readaptar à nova conjuntura atual. Com um possível e crescente abandono do manejo tradicional, perde-se também em biodiversidade e, conseqüentemente, o seu conhecimento tradicional associado, caminhando na contra mão das propostas de conservação e desenvolvimento sustentável para as áreas de reconhecida importância cultural e biológica. Brown & Schreckenberg (1998 *apud* PEDROSO-JÚNIOR et al., 2008) orientam que é mais viável os responsáveis por intervenções de desenvolvimento apoiarem capacidades inovadoras dentro dos limites do sistema agrícola tradicional, do que estimular sistemas alternativos de cultivos permanentes com efeitos sociais e ambientais que ainda são incertos.

O processo histórico conflitante, iniciado desde a implantação da UC na área, torna difícil o entendimento entre a administração do Núcleo Picinguaba e a Comunidade. Com isso, os depoimentos dos moradores locais expressam constantemente grande insatisfação quanto à gestão da UC e intensa desconfiança sobre os trabalhos realizados pela mesma. Uma gestão integralmente participativa do Núcleo Picinguaba torna-se instrumento indispensável para dar credibilidade às políticas sócio-ambientais adotadas no local e minimizar os conflitos sociais e os impasses da conservação ambiental com o desenvolvimento social.

Até o presente momento, apesar das intensas transformações nos contextos político, social e ambiental, a comunidade ainda desenvolve práticas tradicionais locais e possui um refinado conhecimento sobre o meio natural circundante, que devem ser considerados na elaboração de políticas públicas e demais projetos de interesse na área.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 337 p.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. USP. v. 43, n. 1, p. 145-182. 2000.

_____. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: ALBUQUERQUE, U. P. (Org.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Palestras convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia Etnoecologia. 2002. P. 27-43.

ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, T. A. S. (Orgs.). **Povos e paisagens**: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. 148 p.

ALVAREZ, N.; GARINE, E.; KHASAH, C.; DOUNIAS, E.; HOSSAERT-MCKEY, M.; MCKEY, D. Farmers' practices, metapopulation dynamics, and conservation of agricultural biodiversity on-farm: a case study of sorghum among the Duupa in sub-sahelian Cameroon. **Biological Conservation**. n. 121, p. 533-543. 2005

AMOROZO, M. C. M. Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, Brasil. 1996. 274 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Construindo a sustentabilidade: biodiversidade em paisagens agrícolas e a contribuição da etnobiologia. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, T. A. S. (Orgs.). **Povos e paisagens**: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. p. 75-88.

_____. Maintenance and management of agrobiodiversity in small-scale agriculture. **Functional Ecosystems and Communities**. n. 2, edição especial, p. 11-20, 2008.

_____. Os quintais - funções, importância e futuro. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (Org.). **Quintais matogrossenses** - espaços de conservação e reprodução de saberes. Cáceres: UNEMAT Editora. 2008, p. 15-26.

AMOROZO, M. C. M.; CULTRERA, M.; MIRANDA, T. M. Ethnobotanical studies in small-scale agriculture: local knowledge and maintenance of agricultural diversity. In:

ALBUQUERQUE, U. P.; RAMOS, M. A. (Eds). **Current Topics in Ethnobotany**. 2008, p. 81-99.

ANGELO, G. A.; AMOROZO, M. C. M. Diversidade de tubérculos alimentícios em povoados rurais no Município de Frutal, Minas Gerais, Brasil. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALMEIDA, C. F. C. B. R. (Orgs.). **Tópicos em conservação e etnobotânica de plantas alimentícias**. Recife: NUPEEA, 2006. 140 p.

ARAÚJO, L. G. Diversidade de uso de recursos vegetais em duas comunidades caiçaras da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Litoral Sul de São Paulo. 2000. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BALSADI, O. T. **Mudanças rurais e o emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002. 156 p.

BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2004. 332p.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Eds). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas** Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq. 2002. p. 93-128.

BERKES, F.; FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: BERKES, F.; FOLKE, C. (Eds.). **Linking social and ecological systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: SAGE Publ., 1988, 520 p.

BONFIM, V. R.; RIBEIRO, G. A.; SILVA, E.; BRAGA, G. M. Diagnóstico do uso do fogo no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Sociedade de Investigações Florestais. **Revista Árvore**. v. 27, n. 1, p. 87-94. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Telecentros de informação e negócios. 2004. Disponível em <www.telecentros.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 14 mai. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2007. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 mai. 2009.

BRESSAN, E. A.; VEASEY, E. A.; PERONI, N.; FELIPIM, A. P.; SANTOS, K. M. P. Collecting yam (*Dioscorea* spp) and sweet potato (*Ipomoea batatas*) germplasm in traditional agriculture small-holdings in the Vale do Ribeira, São Paulo, Brazil. **Plant Genetic Resources Newsletter**. n. 144, p. 8-13. 2005.

BROWN, D.; SCHRECKENBERG, K. Shifting Cultivators as agents of deforestation: assessing the evidence. **Natural Resource Perspectives**. v. 29, p. 1-14, 1998.

CAMARANO, A. M.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização do Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão, n. 621, Rio de Janeiro, Ipea, 1999.

CHERNELA, J. M. Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukâno). In: RIBEIRO, B. G. (Coord.) **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: FINEP: Vozes, 1986. p. 151-158.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 286 p.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. p. 209-240.

_____(Org.). **Enciclopédia Caiçara: O olhar do pesquisador**. v. 1. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB, CEC/USP, 2004a. 382 p.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª Ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004b. 169 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental no Saco do Mamangá, Parati/RJ**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR-USP, 1994. 187p

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1. 1998.

EMPERAIRE, L; PERONI, N. Traditional Management of agrobiodiversity in Brazil: A case study of Manioc. **Human ecology**, v. 35, n. 6, p. 761-768. 2007.

EUCLIDES-NETO. **Trilhas da Reforma Agrária**. 3ª Ed. Ipiaú: Littera, 1999. 212 p.

FAUSTO, C. Fragmentos da história e cultura Tupinambá: Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento étnico-histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. pp. 381-396.

FERREIRA, H. C. H. Redefinindo territórios: disputa por significação e direito de uso do espaço social na construção de ruralidades contemporâneas. In: FERREIRA, L. C; DUARTE, L. (Orgs.) **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil II**. São Paulo: Annablume; Campinas: ANPPAS, 2008. p. 245-259.

FERREIRA, M. J. G.; PILLA, A. T. F. Caracterização de Comunidades Isoladas: aplicação em Comunidade de Ubatuba/SP. Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, 2004. Disponível em <www.feagri.unicamp.br>. Acesso em: 2 mar. 2007.

FURLAN, S. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual da Ilha Bela na Ilha de São Sebastião-SP). 2000. 469f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000,

_____. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. In: DIEGUES, A. C (Org.). **Enciclopédia Caiçara**: O olhar do pesquisador. v. 1. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004. p. 225-249.

GANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI-SABBATO, A. BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 288p.

HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. Florianópolis, **Biotemas**. v. 16, n. 1, p. 23-47. 2003.

HANAZAKI, N.; LEITÃO-FILHO, H., F.; BEGOSSI, A. Uso de recursos na Mata Atlântica: O caso da Ponta do Almada (Ubatuba, Brasil). **Interciência**. v. 21, n. 6, p. 268-276. 1996.

HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J. Y.; LEITÃO-FILHO, H., F.; BEGOSSI, A. Diversity of plant uses in two Caiçara communities from the Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation**. v. 9, p. 597–615. 2000.

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. 503 p.

MANTOVANI, A. L. B. Estudo sócioambiental na Cajuíba-RJ. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**: terra e população: estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas: CEDHAL: USP, 1986. 244 p.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Eds). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq. 2002. p. 31-46.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 53. 2005.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 290p.

OLIVEIRA, W. **Ubatuba**: Documentário. São Paulo: Editora do Escritor, 1977. 216 p.

OLIVEIRA, R. R.; LIMA, D. F.; SAMPAIO, P. D.; SILVA, R. F.; TOFFOLI, D. D. G. Roça Caiçara, um sistema 'primitivo' auto-sustentável. **Ciência Hoje**, v. 18, p. 44–51. 1994.

PARADA, I. **Mudanças sócio-ambientais de duas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2001.

PEDROSO-JÚNIOR, N. N.; SATO, M. ETHNOECOLOGICAL and conservation in protected natural areas: incorporating local knowledge in Superagui National Park management. **Brazilian Journal of Biology**. v. 65, n. 1, p. 117-127. 2005.

PEDROSO-JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174. 2008.

PERONI, N. Agricultura de Pescadores. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, NEPAM/UNICAMP, NUPAUB/USP, FAPESP, 2004. p. 59-87.

PERONI, N; MARTINS, P, S. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovarietades cultivadas vegetativamente. **Interciência**. v. 25, n. 1, p. 22-29. 2000.

PERONI, N.; KAGEYAMA, P. Y.; BEGOSSI, A. Molecular differentiation, diversity, and folk classification of “sweet” and “bitter” cassava (*Manihot esculenta*) in Caiçara and Caboclo management systems (Brazil), **Genetic Resources and Crop Evolution**. v. 54, p. 1333-1349. 2007.

PLANTE, S.; BRETON, Y. Espaço, pesca e turismo em Trindade. 1994. In: DIEGUES, A. C. S. (Org). **Enciclopédia Caiçara**, v. 3: o olhar estrangeiro. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2005. p. 21-74.

PRATA, E. M. B. Estrutura e composição de espécies arbóreas em um trecho de Floresta Ombrófila Densa Atlântica no litoral norte do Estado de São Paulo e padrões de similaridade florística em escala regional. 2009. 106 f. Dissertação. (Mestrado em Biologia Vegetal) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

ROSSATO, S. C. Utilização de plantas por populações do litoral norte do Estado de São Paulo. 1996. 119 f. Dissertação. (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, A. L. S.; PEREIRA, E. C. G.; ANDRADE, L. H. C. A construção da paisagem através do manejo de recursos naturais e a valorização do etnoconhecimento. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, T. A. S. (Orgs.). **Povos e paisagens**: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. p. 61-72.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. 2006. Disponível em <www.institutoflorestal.sp.gov.br>. Acesso em 29 ago. 2008.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Relatório Técnico-Científico sobre os remanescentes da Comunidade de Quilombo da Fazenda, Ubatuba, SP. 2007.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal. Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. PE da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba. Disponível em <www.institutoflorestal.sp.gov.br>. Acesso em 04 ago. 2009.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias**: estudo do caçara paulista e de sua produção musical. São Paulo: Ática, 1985. 293 p.

SILVA, L. A. Metodologia de bom manejo de fogo dentro de uma Unidade de Conservação – Floresta Nacional de Tapajós. 2006. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Disponível em <www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/LeuzabethSilva.pdf>. Acesso em 5 Ago. 2009.

SILVA, L. G. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. In: DIEGUES, A. C (Org.). **Enciclopédia Caiçara**: O olhar do pesquisador. v. 1. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB, CEC/USP, 2004. p. 49-70.

SIQUEIRA, M. V. B. M. Diversidade genética de etnovarietades de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) em áreas de Cerrado no Estado do Mato Grosso do Sul e de variedades comerciais por meio de marcadores microssatélites. 2008. 88p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – ESALQ/CENA, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

VALLE, T. S. Coleta de germoplasma de plantas cultivadas. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Eds). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq. 2002. p. 129-154.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. Classificação da Vegetação Brasileira adaptada a um Sistema Universal. IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VIANNA, V. M. Evolvimento sustentável e a conservação das florestas brasileiras. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, n. 5, 1999.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Eds). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq. 2002. p. 11-29.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. **Urban Ecosystems**. n. 6, p. 43-65, 2002.

WOOD, D; LENNÉ, J. M. The conservation of agrobiodiversity on-farm: questioning the emerging paradigm. **Biodiversity and Conservation**. n. 6, p. 109-129. 1997.

ZATARIN, M.; VALLE, T. L. Uma visão etnobotânica sobre os recursos genéticos de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) no Estado de Mato Grosso do Sul. In: 1º Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas, 2001, Goiânia, Anais do 1º Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas. Goiânia, 2001.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2009

Fábio Frattini Marchetti
Aluno

Maria Christina de Mello Amorozo
Orientadora

APÊNDICE A: Sobre o Acesso ao Conhecimento Tradicional

Durante a Conferência Rio-92, foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um acordo internacional proposto pela Organização das Nações Unidas e ratificado pelo Brasil em 1994, que propõe um conjunto de regras para “*assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território*” (BRASIL, 2000).

No Brasil, para cumprir com a CDB, criou-se a medida provisória (MP) 2.186-16/01, a qual instituiu o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), órgão colegiado ao Ministério do Meio Ambiente, tido como autoridade nacional com função normativa e deliberativa sobre as autorizações de acesso e remessa aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional (BRASIL, 2009).

A partir da MP, os projetos com objetivos de desenvolvimento de tecnologia, bioprospecção ou pesquisa científica, que tenham acesso ao componente do patrimônio genético existente em território nacional e/ou ao conhecimento tradicional associado a esse patrimônio genético, devem ser submetidos à análise pelo CGEN e precisam de uma autorização por escrito do Governo para se iniciarem.

O presente estudo cumpriu com todas as diretrizes e apresentou todos os documentos solicitados para a autorização do projeto de pesquisa frente ao CGEN, com exceção de apenas um, a autorização definitiva do Instituto Florestal (IF), órgão ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, responsável pela administração das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Por outro lado, todos os documentos necessários para a autorização do projeto frente ao IF também foram apresentados, com a exceção de apenas um, a autorização do CGEN. Portanto, ficou evidente que só é possível receber autorização de um após a autorização do outro, ou seja, a autorização por parte do CGEN é dependente da autorização por parte do IF e vice-versa. Sendo assim, a pesquisa foi iniciada antes da concessão dessas autorizações. Em função disso, em 30 de abril de 2009, foi emitido o sobrestamento do processo de autorização do projeto de pesquisa pelo CGEN e, atualmente, aguarda procedimentos específicos ainda não estabelecidos para esses casos.

Em 04 de setembro de 2009 foi emitida a autorização definitiva da pesquisa pelo IF, após inúmeras tentativas de esclarecimentos sobre a incompatibilidade dos processos de autorização pelos órgãos competentes. A autorização foi encaminhada ao CGEN.

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista

Entrevista nº _____

Data: ___/___/___

1. Nome do(a) Entrevistado(a): _____

2. Endereço: _____

3. Local e data de Nascimento: _____

4. Escolaridade: _____ 5. Estado Civil: _____

6. Tempo de Residência na Comunidade: _____ 7. Religião : _____

8. Ocupação primária: _____ secundárias: _____

9. Ocupação das Gerações Anteriores: _____

10. Moradores:

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade D/N	Ocupação: Primária	Secundárias
Total:					
Filhos que moram fora	Onde				
Total:					

11. Tempo em que a família está na comunidade: _____

13. Cultivo em roçado (gravar): **Como é feita a agricultura?**

Possui roça? Há quanto tempo? Itinerante ou definitiva? Quem trabalha na roça? Manejo?

Quando começa/termina? Pousio?

(Se não) Já teve? Por que abandonou?

Cultivo	Tamanho e Local da roça	Insumos	Origem das sementes	Aspectos da Produção (quanto p/ venda e p/ consumo, onde e como vende)

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista (continuação)

14. Cultivo em quintais:

Quem cuida do quintal?: O que tem no quintal (cultivos, criações, lazer, trabalho)? Quais os usos do quintal?

Cultivo	Usos: Alimentação	Plantas Medicinais	Comércio	Outros	Processamento (geléias, remédios etc.)

15. Existem outras atividades importantes (extrativismo, pesca, artesanato, etc.)?:

Tipo de atividade	Técnica empregada	Época do ano	Local (mata, rio, mar)	Quem participa	Produção (quanto p/ venda e p/ consumo)

16. Qual a importância do mar/praias para a comunidade?

17. Qual a importância da floresta para a comunidade?

Observações:

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista (continuação)

Roteiro de Perguntas sobre a Casa de Farinha:

Entrevista nº:

Data:

Nome:

1. Comente sobre o funcionamento da *casa da farinha* (tentar responder às seguintes questões):

Quando se produz a farinha (época, intervalo de tempo entre uma produção e outra)?

Quanto de farinha é produzida (kg/ano ou kg/mês)?

Quem trabalha na produção de farinha?

Quais os insumos necessários para a produção de farinha (lenha, produtos químicos)? De onde vem?

Qual é a demanda de mandioca para abastecer a produção de farinha (kg/mês, kg/ano)?

A produção de mandioca na comunidade é suficiente para abastecer a casa de farinha? Por que?

De onde vem a mandioca necessária para suprir a demanda na produção de farinha? Como é acordado?

As outras partes da mandioca (rama, folhas, galhos) também são aproveitados? Como?

Onde a farinha é comercializada? Como? Pra quem?

Qual a importância da farinha de mandioca pra comunidade?

APÊNDICE C: Plantas inventariadas. Usos: A = alimentação, M = medicinal, O = outros usos. Ocorrência em porcentagem: Q = planta nos quintais, R = planta nas roças.

Nome Popular	Usos	Q (%) n = 35	R (%) n = 19
abacate	A,M	57,1	15,8
abacaxi	A	51,4	15,8
abiu	A	8,6	0,0
abóbora	A,M	22,8	0,0
abuta	M	2,8	0,0
açaí	A	8,6	5,3
acerola	A	14,7	0,0
agrião	A,M	2,8	0,0
alfavaca	A,M	11,4	0,0
alfavacão	A,M	8,6	0,0
alho	M	2,8	0,0
ameixa	A	5,7	5,3
amendoa	A	2,8	0,0
amora	A	2,8	0,0
anador	M	2,8	0,0
araçá	A	5,7	5,3
arruda	M	5,7	0,0
atroveram	M	2,8	0,0
avelã	A	5,7	0,0
babosa	M	2,8	0,0
bacuparí	A,M	2,8	0,0
baleeira	M	2,8	0,0
bambu-japonês	O	2,8	0,0
banana	A,M	71,4	57,9
banana-do-mato, banana-de-macaco	O	2,8	0,0
barbatimão	M	2,8	0,0
batata-doce	A,M	14,7	15,8
boldo	M	40,0	0,0
boldo-chinês	M	2,8	0,0
cabeludinha	A	2,8	0,0
cacau	A	20,0	5,3
café	A,M	11,4	5,3
caju	A,M	11,4	5,3
cambará-roxo	M	2,8	0,0
cambucá	A	17,1	0,0
cambucí	A	5,7	0,0
camomila	M	8,6	0,0
cana	A	11,0	21,0
caninha-do-brejo	M	14,7	0,0
capiá	M	2,8	0,0
capim cidrão, cidreira, capim cheiroso	M	43,0	0,0
cará	A	5,7	15,8
carqueja	M	2,8	0,0
castanha	A	8,6	0,0
cereja	A	2,8	0,0
chapéu de couro	M	11,4	0,0

APÊNDICE C: Plantas inventariadas. Usos: A = alimentação, M = medicinal, O = outros usos. Ocorrência em porcentagem: Q = planta nos quintais, R = planta nas roças.

Nome Popular	Usos	Q (%) n = 35	R (%) n = 19
chuchu	A,M	17,1	5,3
cidreira/melissa	M	31,4	0,0
cipó-caboclo	M	2,8	0,0
citronela	O	8,6	0,0
coco	A	2,8	5,3
condessa	A	2,8	5,3
confrei	M	2,8	0,0
couve	A	2,8	0,0
dipirona	M	2,8	0,0
doril	M	2,8	0,0
erva-de-passarinho	M	2,8	0,0
erva-de-santa-maria	M	20,0	0,0
erva-de-são-joão	M	5,7	0,0
erva-doce	M	5,7	0,0
erva-grossa	M	2,8	0,0
erva-lanceta	M	2,8	0,0
feijão	A	0,0	26,3
feijão-guandu	A	5,7	10,2
flor-de-maio	M	2,8	0,0
fruta do conde	A	5,7	0,0
gervão	M	2,8	0,0
goiaba	A,M	74,3	5,3
guaco	M	11,4	0,0
guaraná	A	5,7	0,0
hortelã	M	17,1	0,0
hortelã-castelo	A,M	5,7	0,0
ingá	A	8,6	5,3
inhame	A	22,8	15,8
jabuticaba	A	20,0	0,0
jaca	A	60,0	5,3
jambo	A,M	60,0	5,3
jiló	A	2,8	0,0
laranja	A,M	54,3	5,3
levante	M	2,8	0,0
lima	A	8,6	0,0
limão	A,M	51,4	0,0
mamão	A,M	16,0	0,0
mamica-de-porca	M	2,8	0,0
mandioca	A	8,6	78,9
manga	A,M	25,7	0,0
maracujá	A	11,4	0,0
maria-pretinha	M	2,8	0,0
maxixe	A	2,8	0,0
mexirica	A	8,6	0,0
milho	A	2,8	47,4
novalgina	M	11,4	0,0
palmito-jussara	A	25,7	5,3
palmito-pupunha	A	11,4	5,3

APÊNDICE C: Plantas inventariadas. Usos: A = alimentação, M = medicinal, O = outros usos. Ocorrência em porcentagem: Q = planta nos quintais, R = planta nas roças.

Nome Popular	Usos	Q (%) n = 35	R (%) n = 19
passarroão, pertarroão, pantarroão	M	14,7	0,0
picão	M	5,7	0,0
pimenta	A	20,0	0,0
pitanga	A,M	40,0	0,0
poaia	M	2,8	0,0
poejo	M	20,0	0,0
poncã	A	2,8	0,0
quebra-pedra	M	8,6	0,0
quiabo	A	2,8	0,0
sabugueira	M	2,8	0,0
saião	M	2,8	0,0
sete-sangria	M	14,7	0,0
taioba	A	14,3	0,0
temporava	M	2,8	0,0
terramicina	M	2,8	0,0
tomate	A	14,7	0,0
transagem	M	22,8	0,0
urucum	O	0,0	5,3